



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOÃO ANANIAS

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 26 de maio de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido não transcrito

21813

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Boa noite a todas e todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e com a presença do Vereador Alessandro Guedes, declaro abertos os trabalhos da 11ª Audiência Pública Semipresencial de 2026, convocada para hoje, dia 26 de maio de 2026.

Esta audiência pública tem por objetivo discutir e esclarecer o conteúdo do Requerimento nº 16/2026, de autoria do Vereador Alessandro Guedes, já aprovado nesta Comissão no dia 1º de abril de 2026.

Informo que esta reunião está sendo realizada de forma semipresencial no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita, localizado no oitavo andar desta Casa, e está sendo transmitida ao vivo pelo endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/> e também pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* de São Paulo desde o dia 5 de maio de 2026.

Foram convidados para esta audiência e farão parte da Mesa os Srs.: Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, representado pelo Sr. Marcelo Tannuri de Oliveira, Auditor Fiscal; Carlos Augusto Leone Piani, Diretor Presidente da Companhia do Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), representado pela Sra. Sandra Garcia Lopes, Gerente de Relações Institucionais da Sabesp; Jean Guerato, Coordenador de Manutenção da Sabesp; Bruno Nogueira Pigozzo, Coordenação e Gestão de Contratos da Sabesp; Diogo Soares, Secretário Municipal de Habitação, representado pelo Sr. Alan de Paula, do Departamento de Assessoria Jurídica da Secretaria de Habitação (SEHAB); Hamilton Clemente Alves, ativista; Ana Marcolino, Síndica do Condomínio Safira III; Marcelo Sanches Rodrigues, Presidente da Associação Padre do Morro; Simone Maria Lira, moradora do Forte do Rio Branco II; Vereadores da Casa e sociedade em geral.

Esta Casa é do povo, que tem que frequentá-la sempre que puder, para participar das decisões que afetam a cidade. É muito importante a participação da população.

Vou passar a presidência para o meu amigo de partido, Vereador Alessandro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 2 DE 56

fls. 5

Guedes.

- Assume a presidência o Sr. Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador João Ananias.

Primeiramente, cumprimento os membros da Mesa e todos que compareceram a esta audiência pública.

Passo à leitura do Requerimento nº 16/2026.

- É lido o seguinte: (*Requerimento nº 16/2026, de autoria do Vereador Alessandro Guedes*).

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Após a leitura do requerimento, eu quero combinar a dinâmica da nossa audiência pública, que terá espaço para todos se manifestarem.

Compareceu hoje um número significativo de pessoas vindas de bairros do extremo Leste, como Itaquera, Cidade Tiradentes e Taipas, região do Arvão e Botuquara, todos com a necessidade de apresentar seu posicionamento, queixas e preocupações. São pessoas que, após terem se dedicado ao trabalho e aos afazeres do dia, compareceram a este espaço para reivindicar seus direitos, e a Câmara Municipal recebe todos vocês com muito respeito.

Quero agradecer também aos representantes da Secretaria e da Sabesp que compõem a Mesa, porque não existe sentido uma audiência pública em que as pessoas venham se queixar e a Mesa não esteja composta por quem tem que ouvir e apresentar uma solução, coisa que aconteceu nas duas últimas audiências. Até falei disso na tribuna hoje, Presidente, e hoje os representantes estão presentes. Então, agradeço e reafirmo a importância da vinda de vocês e também dos síndicos – Marcelo, da Padre do Morro; Ana, do Safira; Simone, também da região do Safira -, que nos pediram que nós os ajudássemos em relação ao problema; enfim, a todos vocês.

A dinâmica da nossa audiência pública é a seguinte: a inscrição se dará na mesa à

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 3 DE 56

esquerda. A quem quiser usar o microfone, definiremos o tempo de dois minutos de fala. A pessoa vai se dirigir à tribuna para expor, perguntar ou se queixar, tudo com o devido respeito.

Minha proposta, Presidente, é que comecemos ouvindo as pessoas que querem falar. Depois, voltamos para a Mesa para que possam falar os representantes da comunidade: Simone, Marcelo, Ana e o próprio Hamilton. Em seguida, virão as respostas dos componentes da Mesa que tiveram a oportunidade de ouvir as queixas e as preocupações dos moradores. Podemos fazer assim, Presidente? (Pausa) Então, é isso. Pessoal, já há uma fila formada ali.

O objetivo da audiência pública é justamente debatermos os problemas que acabei de citar, que envolvem mais de um bairro; algumas queixas para as quais queremos encontrar soluções com vocês. É por isso que esta Comissão de Finanças e Orçamento, por meio do nosso Presidente João Ananias, ajudou para que esse requerimento fosse aprovado e tivéssemos esta oportunidade hoje.

Presidente, V.Exa. quer fazer alguma consideração inicial? (Pausa) Já há inscritos? Ou os síndicos querem começar? (Pausa) Vamos abrir a palavra aos síndicos. Em seguida, passaremos a palavra para a população. E, por último, as autoridades da Mesa irão responder. Tem a palavra a Ana, Síndica do Condomínio Safira III, que foi uma das que solicitou a oportunidade desta audiência pública. Fique à vontade para falar da tribuna. Para vocês que estão compondo a Mesa, darei um pouco mais de tempo, Ana. Você pode falar por uns três a quatro minutos. Avisarei quando o tempo estiver acabando.

A SRA. ANA MARCOLINO – Meu nome é Ana, sou síndica do Conjunto Habitacional Safira III. Não posso deixar de iniciar agradecendo a todos os que se propuseram a estar conosco nesta noite, que, como já foi falado pelo Vereador Alessandro Guedes, deixaram até mesmo seus afazeres de lado para estarem conosco lutando por essas três pautas importantes, que, na verdade, têm deixado a todos nós inseguros. Desde já, agradeço mais uma vez a todos.

Quero expor a situação e creio que sairemos hoje daqui com uma devolutiva positiva. Começo falando sobre o IPTU, que é algo que deixa todos nós muito preocupados, porque vem gerando uma dívida que atualmente está alta. Nós temos vários empreendimentos que estão

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 4 DE 56

com dívidas de 10 mil a 12 mil reais. Isso tem preocupado e tirado o sono dos moradores.

O Vereador Alessandro Guedes deu para nós esta oportunidade, ele nos recebeu, levamos para ele as três pautas, e ele se colocou à disposição para nos ajudar. Então, nós estamos aqui, e cada um vai falar um pouquinho.

Temos três pautas. Uma é referente ao IPTU e uma segunda, às enchentes, que têm trazido grandes transtornos para nós moradores da avenida Osvaldo Valle Cordeiro. Uma terceira pauta é a nossa documentação. Para alguns, saiu a averbação, a quitação; para outros, não. Então, desde já, quero agradecer a oportunidade e passar a palavra para os próximos colegas. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Ana. Aproveito para chamar para compor a Mesa o Sr. Janderson Passos, Síndico do Condomínio Safira III.

Próxima inscrita, Sra. Simone Maria Lira, moradora do Forte do Rio Branco II.

A SRA. SIMONE MARIA LIRA – Boa noite a todos. Como a Ana já citou, essa questão é algo em que batemos na tecla, e gente não vai cansar até resolver isso. A gente já vem nessa luta há mais de dois anos, quando chegaram as primeiras cartas de cobrança do IPTU. E não ficamos parados, fomos atrás de solução. Só que o pessoal dizia que a gente não tinha o dever de pagar, a gente foi aguardando, e a solução não chega. A maioria de vocês presentes acompanhou de perto essa situação, e a gente ainda vai continuar nessa luta até trazer uma resposta, porque a gente merece e precisa.

Fizemos vários protocolos, como também pedimos o apoio do Alessandro, que estendeu a mão para nos apoiar para darmos um grito, porque a gente precisa gritar. Por isso, agradecemos a todos os que se dispuseram a comparecer a esta reunião, pois é importante não só a questão do IPTU, mas também a questão da matrícula dos imóveis, que era para todos terem em mãos, mas a documentação ainda está com pendências.

No dia 15 de dezembro do ano passado, a gente teve uma reunião na Secretaria de Habitação, mas estou aguardando a resposta até hoje. O que acontece? A gente foi lá, colocou em pauta a questão da documentação e a do IPTU, e até agora essa resposta não veio. Eu

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 5 DE 56

mandei vários *e-mails* cobrando o resultado dessa reunião, mas simplesmente eles não me deram nenhuma devolutiva. Pediram que eu fosse protocolar cada item que eu estivesse cobrando da Prefeitura, sendo que eu saí daquela reunião com vários outros moradores com a promessa de que eles iriam reunir todos os responsáveis: Caixa, Cohab, pessoal da construtora, que fazem parte desse processo em relação tanto ao IPTU quanto à matrícula dos imóveis. Não houve resposta até o momento. Por isso, hoje nós chegamos aqui para dar esse grito de socorro, porque as famílias não têm condição de pagar o IPTU do valor que está. No condomínio onde eu trabalho, um IPTU deste ano está 37 mil reais, sendo que quando as moradias foram concedidas às pessoas, foi dito que elas seriam isentas. Falo de muitas famílias que não têm condição muitas vezes de pagar o próprio condomínio, que lutam para arcar com os seus compromissos.

Então, hoje nós brigamos por esse povo que nós representamos. Estamos aqui para pedir esse apoio ao Alessandro, porque é muito importante ter uma pessoa na Câmara Municipal para nos apoiar.

Estamos com pendências altas. Falaram moradores com dívida de 12 mil. No meu empreendimento, há morador com 37 mil reais de pendência só deste ano, fora os demais IPTUs pendentes. Então, vamos lutar, porque não tem condição de o povo pagar isso.

Fui a uma reunião há quase seis meses para discutir a questão dos elevadores, que estavam com pendência de documentação, que já entregamos, mas não houve devolutiva. A documentação foi enviada, o dinheiro está lá parado, e a gente está aguardando. Chegamos ao ponto de ir à Defensoria Pública, como se a gente estivesse se humilhando por um direito que é nosso.

Nós não temos medo de abrir a boca. Nós vamos abrir quantas vezes forem necessárias, e onde precisar, para dar esse grito de guerra e de socorro. Por enquanto, é isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Obrigado, Simone. Próximo a fazer uso da palavra, Sr. Janderson Passos, Síndico do Safira III.

O SR. JANDERSON PASSOS - Boa noite a todos. Quero agradecer a presença de todos, fizeram um esforço para estarem aqui, porque a união faz a força. Quero agradecer ao Vereador Alessandro Guedes por esse apoio, de fato, tão forte em relação ao IPTU. Muitos moradores com pendências de documentações, que é uma obrigação do morador ter um documento do apartamento, mas isso é uma dificuldade muito grande da Prefeitura, não sei qual é a dificuldade para entregar a documentação para os moradores, porque todo mundo que está nos apartamentos hoje foi verificado e analisado pela Caixa e todo mundo tem o direito. Então, estamos correndo atrás.

E eu quero também pedir uma resposta da Sabesp, referente à avenida Osvaldo Valle Cordeiro. Desde 2019, quando recebemos o empreendimento, estamos com grande dificuldade. Quando garoa, a avenida Osvaldo Valle Cordeiro, 1320, alaga, as bocas de lobo se soltam e o esgoto vai para a calçada. Já vi moradores, na hora que vão trabalhar, escorregando na lama do esgoto. Isso é bem complicado. Há uma obra lá desde o ano passado. A gente pergunta, maquinários para cima e para baixo, mas queremos saber o que acontece, para que a obra, qual o prazo de término, porque vemos maquinários para lá e para cá e não temos uma resposta. Isso não adianta.

Basicamente é isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Obrigado, Sr. Janderson. Próximo a fazer uso da palavra, Sr. Marcelo Sanches Rodrigues, representando a Comunidade Padre do Morro.

O SR. MARCELO SANCHES RODRIGUES – Boa noite, obrigado pela oportunidade. A maioria das situações que vão acontecer aqui será um gancho após o outro, falando de IPTU e falando de melhorias que têm de acontecer nas comunidades.

Acho que até hoje sempre tem mudado a questão de falar, tipo, como preconceito. Antes, quando se falava de comunidade, acredito que é mais um preconceito para se quebrar, e que não é mais uma comunidade lá, porque comunidade, se eu não me engano, mudou o nome de algo para comunidade, que era um nome bem diferente ainda. Então, hoje nós somos um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 10

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 7 DE 56

bairro com construções bem básicas, as pessoas lá não têm condições de pagar IPTU. E tenho um processo que está tramitando, acredito que ainda está na SEHAB, o Vereador Alessandro citou o número. E dizem que ainda não pode regularizar porque não tem esgoto, não tem água, não tem luz, não tem o principal que precisa.

Então, vindo para cá, eu batia pessoalmente na Secretaria da Fazenda, no Largo do Anhangabaú e eles repassavam, essa área você tem que fazer na SEHAB, a regulamentação fundiária. E se eu for lá, eles falam, o IPTU é na Fazenda. E você fica assim, para lá e para cá. Então, acredito que chegou a tecnologia, não sei se a maneira deles medirem é via satélite, simplesmente eles não fazem uma pesquisa de campo para verificar quem está lá, quais as condições das pessoas que estão lá. Não vi nenhum técnico, se eu aprendi uma coisa na vida, é que teria que ser técnico, prático, político, terceira idade, bom humor, não sei até onde vai essa questão de ter as condições para poder estar aqui.

Então, obrigado mesmo pela oportunidade, mas é assim, não foi nenhum técnico lá para saber, Marcelo, você mora aqui nessa casa, Marilene, você mora naquela casa ali na travessa da Alegria, qual é sua posição aqui, o que você faz da vida? Como que você conseguiu comprar esse terreno? Vocês vão ser taxados, mas vamos fazer o seguinte, vamos ignorar tudo isso, vamos taxar a área maior e pronto. Manda satélite passar lá em algum momento, acredito que foi isso. Acredito mesmo, respeito muito a Secretaria da Fazenda, tudo está lá na Fazenda, então, acredito que vocês têm condições.

E mais uma coisa, se estamos aqui diante da Mesa, vocês são o Poder Público para representar essas pessoas que estão aqui. E hoje gostaria que isso ficasse frisado como se fosse uma petição inicial, igual a um processo, todo processo tem uma petição inicial. Então gostaria que todo mundo, antes de sair daqui, fizesse um resumo, um croqui ou alguma coisa, e entregasse como solicitação, como petição inicial para que não fique: “vamos ver, isso foi protocolado em audiência pública ou não foi”, e como vamos usar como instrumento esta audiência lá na frente. Como o meu amigo, o Anderson Santos, e tenho certeza de que ele vai falar alguma coisa, porque vi ele dando o nome na lista. E ele tem uma casa lá, construiu, e falou:

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 8 DE 56

“e minha escritura, quero vender e tal, se consigo, se não consigo”. Falei, essa escritura sua vai demandar de você precisar fazer um asfalto adequado para lá, você precisa de guia, você precisa de rua, você precisa de mais documentos, você precisa de mais coisa. Mas já entrou esgoto aqui, entrou água, entrou luz. Mas você vai ter que individualizar seu IPTU. E nós temos até uma questão da família dele, de brigar com a Associação, de falar, mas estão indo na contramão, nós temos uma escalada aqui de um Vereador que está se promovendo. Então, se ele está em uma escalada, a Associação teria que se fortalecer e estar junto com ele para que a gente consiga. Se alavancar e ele subir, consiga ver o problema da gente.

No momento a questão é IPTU, pela área de zoneamento, pelo que li, me desculpa, posso estar sendo leigo, respondendo algo errado, mas pela área de zoneamento, eu mesmo, no meu terreno tenho uma oficina, e acredito que teria que ser isento, ou uma taxa que pudesse pagar. E não me recuso a esse débito que tenho anterior também, se puder parcelar em meu nome, mas que eu conseguisse individualizar minha metade. De repente, minhas condições são diferentes da do meu vizinho, mas tenho condições de individualizar a minha, o meu IPTU e poder melhorar, tirar uma escritura, chegar com um documento, alguma coisa. E não somente falar assim, aqui você só está na ocupação, você não consegue alavancar. A rua, que já está oficializada, se jogar no Google é Rua Padre do Morro, se jogar um GPS te leva até lá. Já temos água, luz, condomínio, tudo o que tem de pagar de tributos a gente já paga. É isso.

Então, em nome de todos, que nesta data vocês consigam fazer uma petição inicial daquilo que vocês vieram atrás, com o apoio do Vereador Alessandro Guedes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Obrigado, Marcelo Sanches Rodrigues. Passemos aos inscritos. Primeiro os inscritos *on-line*, se encontra aqui o Sr. Henrique Vilela Murici. Pergunto se ele está no formato *on-line*? Não. Então, Sr. Miguel Rocha Guimarães, se encontra no plenário ou no formato *on-line*? (Pausa)

Então passemos para as inscrições físicas. Primeiro inscrito, para falar por dois minutos, Sr. Paulo César Moreira. Em seguida, Sr. Gerônimo Barreto, já peço para que fique

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 9 DE 56

próximo.

O SR. PAULO CÉSAR MOREIRA - Uma excelente noite na paz para todos. Quero agradecer a Deus por essa oportunidade, agradecer a todas as autoridades que aqui estão. A minha pergunta é a de muitos, para quem pagou para a Secretaria Municipal, quem recebeu o dinheiro das unidades ou de uma unidade ou de 10, que se propuseram a pagar, quem vai devolver esse dinheiro para poder trazer a documentação para o nome. E se vai continuar ainda cobrando referente ao que já foi falado.

Não anotei nada, costumo esquecer de tudo, mas para a situação se regularizar, eu gostaria de saber a quem se deve recorrer, fui 16 vezes na Prefeitura. E como o companheiro falou, é um joga para lá, outro para cá. Quem é o responsável, quem não é? É a autoridade, é o Vereador, é a Secretaria Municipal da Fazenda, é a Caixa? Gostaria de saber, assim como todos aqueles que já pagaram, como vai ter o dinheiro de volta, porque eu mesmo trabalhei, paguei para poder trazer a documentação, como é que fala?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – A regularização, é isso?

O SR. PAULO CÉSAR MOREIRA - A regularização, para trazer a escritura. Então receberam lá o dinheiro, saiu da minha conta quase 11 mil reais, que paguei à vista porque trabalhei, tem que pagar, porque se não ia perder, não sei, cada um carrega a sua consciência. Mas só que eu quero uma resposta como todos.

Eu agradeço a Deus, porque eu sei que são dois minutos para cada um. Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Obrigado, Sr. Paulo César.

O próximo é o Sr. Gerônimo Barreto, da comunidade Jardim São Francisco; em seguida, o Sr. Antônio Ferreira do Nascimento, da Universidade dos Catadores.

O SR. GERÔNIMO BARRETO – Boa noite a todos. Eu quero um grito de guerra.

Quero, em nome da Mesa, do Vereador Alessandro Guedes, agradecer por esta audiência pública, já que a Secretaria de Habitação não vai até as nossas comunidades, a gente vem na Casa do Povo para cobrar do Secretário. Chega de Secretário que se esquece das

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 13

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 10 DE 56

comunidades, principalmente, das comunidades carentes que estão jogadas em São Mateus, Iguatemi e São Rafael. Nós não aguentamos mais tanto dinheiro, tanto investimento que tem nessa Prefeitura de São Paulo.

Este ano termina o orçamento de 137 bilhões. Será que não dava para fazer um pouco em cada comunidade? Ninguém sabe quanto vem para o ano que vem. O orçamento robusto numa cidade dessa como São Paulo. Está lá a minha comunidade. Contrataram empresas para fazer cadastramento e, até hoje, não vieram pegar documentos, Secretária de Habitação.

Isso é um absurdo o que acontece com a gente na periferia, nos bairros esquecidos, mas, na hora do voto, vocês vão atrás. Vocês que estão sentados nos gabinetes de vocês em que ficam na calada da noite. Têm que escutar o povo que está sofrendo nas comunidades, não tem a alimentação, não tem luz, não tem água, esgoto a céu aberto e tudo vem à conta. Quem paga são vocês; não é a Prefeitura; somos nós, é um passaporte, por tudo nós pagamos.

Eu, Presidente de uma comunidade muito carente, em São Mateus, como em toda a cidade que está presente e representada. Não tenha medo de falar da sua comunidade, seja um líder, liderança, e não olhe o seu umbigo, olhe para a diferença dos outros que cai na situação dessas comunidades tão carentes que a gente tem que pôr uma sacolinha de plástico para chegar na cidade, para não estar com os pés cheios de lama, para não ficar com vergonha.

Então, eu gostaria, Vereador, em nome dessa comunidade que traga nas comunidades o novo Secretário, porque o outro já caiu, o Secretário de Habitação que não foi nas nossas comunidades. Então, Sr. Diogo Soares, comece a ir às comunidades.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Obrigado, Sr. Gerônimo Barreto.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Boa noite para todo mundo e para os carroceiros. Sou o representante da coleta seletiva, da incubação de material reciclável que está sendo desprezada na Grande São Paulo.

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 11 DE 56

Quero deixar para o Alessandro, que está dirigindo a sessão: têm 55 Vereadores nesta Casa para resolverem os problemas da cidade; são 34 Subprefeituras, cada Subprefeitura tem um Subprefeito que a dirige. Você não pode fazer uma cobrança, e a cidade está quase... Viu Alessandro? Não vai levar a mal não, mas está completamente abandonada, cheia de lixo. Quando você chega na Câmara dos Vereadores, procura por uma informação, ninguém sabe de nada.

Foram abertas as cooperativas sem terem os espaços para se trabalhar. Agora estão querendo queimar o material reciclável que é para gerar emprego, que garante o sustento de casa, para as pessoas terem o que comer. O Prefeito está só negando. É uma responsabilidade dos 55 Vereadores e das 5.580 Prefeituras que têm que resolver esse problema, que é um problema social de todos.

Desculpem-me por falar aqui. Não levem a mal a minha proposta, porque todos têm que trabalhar e comer.

É responsabilidade de todos que estão aqui. Quando nós saímos das nossas casas para dar o nosso voto para um Vereador e para o Presidente da República, nós estamos dando a responsabilidade nas mãos deles. Eles têm que resolver os problemas. Não sou eu quem tem que resolver.

Quando tem eleição, vão nas nossas casas pedir voto. E por que é que se esqueceram? Expliquem o meu recado para todos os Vereadores, 94 Deputados Estaduais e 70 Deputados Federais, todos do estado de São Paulo, 664 municípios.

Desculpem-me, estou falando e desabafando. Terminei. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Obrigado, Sr. Antônio Ferreira do Nascimento.

O próximo inscrito é o Sr. José Rodrigues; em seguida, a Sra. Verônica Freire, do Movimento Reaja Cohab.

O SR. JOSÉ RENATO RODRIGUES - Oi, boa noite a todos. Meu nome é José Renato. Queria agradecer ao Alessandro por ter aceitado a gente aqui.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 15

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 12 DE 56

Queria falar que o meu problema é de IPTU. Eu tenho uma área de 200 metros, e me cobram 980 metros. A Prefeitura pediu para eu fazer a planta dele. Em 2018, fiz a planta, levei para a Prefeitura; ela não conseguiu ver o meu lado; para o lado dela, ela viu: pediu cinco anos retroativos, me cobra os 900, está uma dívida grande para mim. Pior: em 2025, também bloqueou minhas contas tudo, carro, daqui a pouco, a Prefeitura vai pegar também a minha casa para eu pagar o IPTU. Só que o IPTU não é só meu. Não sou só eu que moro lá, mas a Prefeitura colocou tudo em meu nome os 980 metros. Eu não posso pagar a dívida para os outros.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Obrigado, Sr. José Renato.

A próxima inscrita é a Sra. Verônica Freire, do Movimento Reaja Cohab; em seguida, a Sra. Carmem Lúcia de Pitanga.

A SRA. VERÔNICA FREIRE - Boa noite a todos.

Agradeço imensamente a oportunidade, Vereador Alessandro, Dr. Hamilton. Eu sinto, neste momento, uma falta muito grande de outros representantes das nossas Secretarias, porque, para além dos problemas fundiários, de IPTU, enchentes, entre outras, e muitos não sabem que a gente da região da Cidade Tiradentes e de diversos outros lugares está sofrendo com os problemas dos leilões dos apartamentos de Cohab, visto que foi repassada uma carteira para SPDA, e os nossos apartamentos estão sendo vendidos para imobiliárias, e as pessoas estão sendo despejadas, tiradas das suas residências sem oportunidade de uma renegociação justa, porque as famílias não estão querendo morar de graça. Elas só estão querendo pagar o que é justo.

Meu pai é um idoso de 70 anos. A SPDA está cobrando dele uma dívida de 45 mil reais para que ele pague à vista, porque, pelo fato de ele já ter 70 anos, não pode refinanciar o apartamento, que seria a primeira opção, e concomitante a isso, eis que aí a gente recebe, também, a cobrança de IPTU de um apartamento que está passível de ser leilado. Uma cobrança que não chegou na residência dele, chegou em outro local. Eu descobri esse valor por um acaso, justamente por meio do movimento de cobrança de alguns outros participantes, e está

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 16

REUNIÃO: **21813** DATA: **26/05/2026** FL: **13** DE 56

lá para o meu pai pagar, inclusive, no ano passado já estava inscrito na dívida ativa, uma dívida de que ele ficou sabendo agora.

Além de ter a ameaça de leilão, ainda precisamos verificar como fazer para pagar porque o nome dele está na dívida ativa.

Então, assim que está acontecendo, gente? O que é que estão fazendo da moradia popular da nossa Capital? A serviço de quem? Qual é o interesse? Porque a gente luta para ter um representante da Cohab e da Secretaria de Habitação aqui, e a gente não tem. Onde vamos buscar essa solução? O povo quer resposta. O povo precisa de resposta porque vocês estão mexendo com a vida das pessoas. Tudo não se resume só a recurso público, a dinheiro público, a tributo. A população precisa de moradia, a população precisa de respeito e a população precisa de respostas.

E eu, como membra do Movimento Reaja, estou cobrando aqui publicamente. Cadê a audiência pública para tratar do caso dos mutuários da Cidade Tiradentes, que estão sendo despejados através de leilões fraudulentos que financiam imobiliárias, financiados pelas imobiliárias da região? Eu quero essa audiência pública, assim como muitos aqui estão esperando.

E a gente precisa que o PL, que foi protocolado nesse ano de 2026, vá para votação. A gente precisa dessa visibilidade. Chega de maracutaia, de gente que só quer fazer o pobre deixar de ser pobre para ser miserável. A população não merece isso.

Obrigada, gente. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. João Ananias.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sra. Verônica. A próxima é a dona Carmem Lúcia Pitanga, do Movimento Reaja Cohab, e depois o Sr. Chico, da Associação São Jorge do Parque das Flores.

A SRA. CARMEM LÚCIA PITANGA – Boa noite a todos.

- Manifestação do público.

A SRA. CARMEM LÚCIA PITANGA – Vou só completar. Eu faço parte do Reaja, da

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 17

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 14 DE 56

parte social do grupo, e o meu imóvel foi para leilão duas vezes, num mesmo mês, no ano de 2024. Ele não foi arrematado, mas voltou para Cohab, do SPDA voltou para a Cohab. Sou leiga aí nos assuntos meio jurídicos, não sei explicar bem. O nosso presidente sabe melhor.

Mas o que aconteceu? O meu imóvel está com a Cohab de novo e estão fazendo uma pesquisa agora, depois de muita luta pelo grupo Reaja, estão chamando algumas pessoas, principalmente eu, que já sou pessoa idosa, vou fazer 62, estão entrando em contato, fazendo uma entrevista, inclusive pelo telefone e perguntando se eu tenho alguma doença grave, quanto que ganho etc. Só que assim, pessoal, eu fico até revoltada com isso. Eu moro ali há 32 anos, me chamaram, no caso, em 2010, para regularizar no meu nome, porque, até então, o imóvel estava no nome do meu ex-marido.

E depois dessa luta toda, pelo menos, eles conseguiram chamar a gente para fazer acordo. Alguns não vão poder, porque é muito alto o acordo. A minha dívida é de 30 mil reais, e não tenho 30 mil reais nem tenho como pagar uma prestação de quase 800 reais por mês. Pelo que saiba, eu sou baixa renda, e não sou aposentada ainda.

Só que, a partir do ano passado, começaram a mandar imposto, inclusive esse ano é de 270 reais. A única que, posso dizer, foi sorteada, fui eu, porque moro na Cidade de Tiradentes, sou baixa renda, e a única fui eu. O meu imóvel está lá com a Cohab, voltou para eles, eu sei, inclusive já mandaram uma carta comunicando o síndico de que eu estou lá como terceiro, para não dizer invasora, sei lá. Mas eu arco com todos os meus... pago condomínio, melhorias. Quando eu mudei, lá não tinha nada, agora tem até porta de banco. Eu costumo até brincar, só não é giratória.

Então é isso.

- Assume a presidência o Sr. Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Para concluir.

A SRA. CARMEM LÚCIA PITANGA – Eu estou com esse imposto aqui de 270 reais. Aí, não sei como é que vai ficar. Queria saber, se a Cohab estiver aí, inclusive está falando que, se não pagar o IPTU, o imóvel, depois, pode ir para leilão. Eles mesmos leiloam? Não sei, minha

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 15 DE 56

ignorância. Não, porque está aqui... (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Carmem Lúcia.

- Assume a presidência o Sr. João Ananias.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, dona Carmem. O próximo é o seu Chico, da Associação São Jorge do Parque das Flores e, logo em seguida, o Luciano Santos, da Associação Moradores do Pinheirinho II.

O SR. CHICO – Boa noite. Boa noite a todos. Boa noite à Mesa. Vereador Alessandro Guedes, parabéns, pelo chamamento da audiência; Vereador Ananias, toda a Mesa e os síndicos dos condomínios, que faltam mais, viu Vereador?

O meu nome é Chico, do Parque das Flores. Eu sou da Associação Unidos São Jorge, de onde a maioria dessa comunidade, que está nesses empreendimentos, saiu.

O Parque das Flores é uma obra de urbanização que começou em 2013, mas já começou a discussão em 2009, quando teve um deslizamento, em 3 de dezembro de 2009, e morreram três pessoas, na Rua dos Gladiolos, no Parque das Flores. E daí começou essa questão de se fazer urbanização no Parque das Flores.

No primeiro momento, seriam resolvidas mais de 3 mil moradias, que era o laudo do IPT? Depois contestamos, foram feitos outros laudos pela Bureau e se reduziu para em torno de 1.400 moradias. E Vereador, os moradores foram para todas essas moradias, nessas regiões. Foram construídos os Safira I, II, III e IV; sendo que o Safira II foi destinado para o Parque das Flores, que no caso a síndica foi a Simone, um tempo, e hoje é o meu amigo Janderson. Também tem o Forte do Rio Branco II, onde a síndica hoje é a Simone, e o Chafariz de Pedra, no Boa Esperança, onde o meu amigo Ronaldo, que não está aqui, é o síndico, como do Phobus A e B; em que os moradores saíram do Parque das Flores. Foram atendidas todas as famílias que saíram do Parque das Flores nesses condomínios.

E a gente vem tratando essa discussão, com muita seriedade, por vários anos. Tratamos junto ao João Farias, quando foi secretário; tratamos com o Milton Vieira, quando foi secretário e passamos a tratar com o Sidney Cruz, quando foi secretário. Só que o Sidney não

nos atendia. O Sidney criou uma bronca da gente que a última, de tanta insistência, de bater nele e tal, eu pedi para todos os moradores começarem a entrar na rede dele, para dizer por que ele não atendia os moradores. E aí, na última reunião que a gente marcou, quem atendeu foi o Alan, que é do jurídico do gabinete do Sidney. Estavam eu, a Simone, a loura, que está ali do lado, que é uma lutadora do Parque das Flores, junto comigo há muitos anos, morava na Rua São Jorge e foi transferida para o Safira.

Então assim, é uma luta de quem conhece a região e o trabalho que é feito.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

O SR. CHICO – Então, Vereador, em relação a essa questão, o que é que a gente reivindicou e nunca saiu do papel, e é preciso que o Vereador encaminhe isso? Porque, se ficar só na fala, a gente acaba deixando passar.

A questão do IPTU. Quando foi tratado, as unidades entregues seriam isentas de IPTU, que são do programa Minha Casa, Minha Vida. Essas unidades ainda são todas desse programa e foram retiradas, removidas, pelo PAC Encosta I, e aí essas moradias seriam todas isentas. Quando saiu a carta de quitação dessas moradias, no início do Governo Lula, as pessoas que sonhavam em tirar o seu documento, que eram 10 anos para retirar o documento, quando saiu a autorização, aí começou a aparecer que vários moradores não estavam com a sua documentação completa para tirar sua carta de quitação e o seu documento, lá no 16º Cartório, na Pamplona. E isso, de não ter documento, foi uma coisa que travou muitos moradores, porque pode uma fileira ter, mas a outra não.

E quando a gente chamou a discussão para fazer na Secretaria, ninguém sabia. O Alan não sabia; o Edmilson, da Cohab, que foi com você, Alan, não sabia. A gente não sabia com quem falar e o que é que a gente pediu? Chame a Caixa, faça a Secretaria de Habitação uma reunião com a Caixa, porque foi a Secretaria de Habitação que fez o cadastro de todo o mundo nas suas casas e pegou a documentação, para resolver isso. Nós temos mais de seis meses que fizemos essa reunião e não tivemos uma resposta. Tivemos que entrar com representação do Ministério Público, que já tem, já existe.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 20

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 17 DE 56

Depois, tem a questão da verba dos elevadores, que seria de compensação. Essa verba existe na Cohab, só que, Vereador, pasme, não tinha quem gerisse essa verba. Ela não estava sendo repassada aos condomínios, e sabem por quê? Porque não tinha quem comandasse isso, quem pegasse o bode pelos chifres e dissesse assim: nós vamos gerir isso.

O Safira tem sete anos, vai para oito anos de existência, e o pessoal está lá ainda, com essa verba que todo mundo precisa, e não tem. Então, Vereador, são coisas que precisam de atenção.

Eu sei que esses Vereadores que estão aqui na Mesa, Vereador Alessandro Guedes, Vereador Ananias, vão precisar mexer nisso e cobrar a questão do IPTU, que seja isento, porque isso é um direito do povo e o povo não pode pagar. Ouvimos várias vezes que não era para os moradores pagarem e, depois, chega à conta para os moradores pagarem. Não pode! O retroativo, ele precisa ser isento.

Também a questão dessa documentação, a Secretaria de Habitação/Cohab precisa chamar essa discussão com a Caixa, resolver o problema do cadastro dos moradores, porque está pendente, porque os moradores precisam retirar seus documentos.

Então, toda essa parte, e essa parte do IPTU, os moradores têm que ter respostas, têm que ter respostas, não dá para ficar desse jeito.

E a Sabesp, por que ninguém falou nada da Sabesp aqui? Na avenida Osvaldo do Valle Cordeiro, Sandra...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Conclui, Chico.

O SR. FRANCISCO DA SILVA BEZERRA - ... sempre foi um problema, desde que está lá. Também aquele *booster* na Rua Jasmim, no Parque das Flores, até hoje ninguém deu uma posição da última reunião que a gente teve com o presidente da Cohab.

Um abraço.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, Chico.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Só para declarar que encerramos as inscrições.

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 18 DE 56

Estamos com um total de 19 inscritos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Tem a palavra o próximo orador, Luciano Santos, Associação dos Moradores do Pinheirinho II.

O SR. LUCIANO SANTOS - Boa noite a todos, boa noite à Mesa, obrigado por esta oportunidade de falar com vocês. Sou da Associação dos Moradores do Pinheirinho II, lá do Iguatemi, São Mateus, uma região que o Vereador conhece bem, e o Hamilton Clemente.

Eu vim aqui hoje pedir uma atenção da Secretaria de Habitação/Cohab em relação à regularização do Pinheirinho, porque lá já está tudo pronto para poder fazer a regularização. E a gente não é recebido na Secretaria, e não é posta para andar essa questão da regularização do bairro, e não só do bairro, mas como de toda a região de São Mateus. São três distritos: São Mateus, São Rafael e, principalmente, Iguatemi, que é o fundão, que lá está agora recebendo o monotrilha, são várias construções, vários apartamentos. Lá, eu também faço parte do CPM de São Mateus, fui eleito, fui o último coordenador do CPM. E fizemos um convite até mesmo para a Secretaria e não foi ninguém, não foi ninguém da Secretaria, uma falta de respeito com a Subprefeitura de São Mateus, que recebe um grande orçamento da cidade de São Paulo. E temos um Subprefeito que hoje nos atende muito bem lá, que é o Ozziel. Quero agradecer a representatividade que o Ozziel tem lá também com a gente, mas não somos ouvidos, não é?

A nossa região tem uma grande demanda por habitação, por educação e por saúde. Nós precisamos da demanda de duas novas unidades de UBS, de UPA, e temos várias áreas lá que são carentes na questão da regularização fundiária. Temos orçamento, tivemos orçamento do Conselho Participativo no ano passado, que foi em torno de 10 milhões, temos mais 10 milhões para este ano e a gente não consegue fazer isso andar por questões de regularização.

Tinha até sugerido que houvesse um projeto de lei que desapropriasse pelo menos mais um pedaço de área para poder fazer a escola que é necessária, porque lá a verticalização está a todo vapor. E não é só fazer posto de saúde, é fazer novas escolas, porque a demanda está aumentando muito.

E, novamente, aproveitar esta audiência pública para fazer um convite à Secretaria

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 22

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 19 DE 56

de Habitação/Cohab para que esteja presente na nossa próxima reunião lá do Conselho Participativo, e levar essa discussão para o nosso território. A gente precisa ser ouvido lá, a gente precisa ser ouvido onde a população está, aonde a população possa ir e falar dos seus problemas também. Tem muita gente aqui hoje, mas acredito, gostaria que estivessem muitas outras que queriam estar aqui também, que não podem estar devido à questão da distância, questão de horário, as pessoas saindo do trabalho. Seria importante levar essa discussão também para o nosso território.

Muito obrigado aí pela oportunidade.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, Sr. Luciano. A próxima será a Elaine Borges, moradora do Safira II. Depois dela o Francisco Jorge da Costa, da Associação dos Moradores do Jardim Nova Vitória.

A SRA. ELAINE BORGES - Bom, primeiro eu quero dar boa noite a todos, ao Presidente João Ananias, que conheço de longa data, e por quem tenho grande apreço. Então, gostaria de te cumprimentar.

Eu pedi para falar porque estive, semana passada, com o Subprefeito, com o Sr. Ozziel, que me atendeu superbem, me levou até a pessoa que era responsável pela habitação e depois me levou na Fazenda. Eu cheguei lá às 10h da manhã e só saí na hora que a Subprefeitura fechou. O que acontece é que esses terrenos onde foram construídos o Safira I, o Safira II, o Safira III e o Safira IV não foram desmembrados. Então, o IPTU consta no nº 1.294, sendo que a nossa correspondência está no nº 1.320, ou seja, não conseguiam achar o número do meu IPTU. Eu precisei ficar de um lado para o outro e, graças ao Subprefeito, ao pedido especial que fiz a ele, eles me deram uma grande atenção, até para eu trazer essa informação para os outros condomínios e para o nosso síndico, que hoje é o Janderson.

Eles ficaram para lá, ficaram para cá, abriram o Google, e falaram assim: "Aqui é a Oswaldo Cordeiro... não, mas você está aqui como quem mora no apartamento 34". Eu falei: "Não, o meu é o 95". "Não, mas consta que você está no Safira I"; "não, eu sou do Safira II".

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 23

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 20 DE 56

Então, assim, demorou praticamente um dia, inclusive abrindo o Google Maps, para poder localizar o meu IPTU, porque não estava sendo localizado nem através do meu CPF. Sendo que eu estive no 16º Cartório pegando a quitação do meu apartamento, que está no meu nome, e tenho toda a documentação da Caixa no meu nome, sendo Safira II, apartamento 95, bloco C. Na Subprefeitura de São Mateus, eu constava lá do outro lado, no Safira I, no apartamento 32, que eu nem conheço. Ou seja, o meu IPTU ia ser feito em cima do apartamento incorreto. E aí o Célio, que é o chefe da parte de habitação, falou para mim: "Elaine, o grande problema é que eu estou parando, a pedido do Subprefeito, para ver o seu caso, mas tem muita gente que pode estar vindo aqui fazer o pagamento disso e não está vendo que o número está errado". Então, eu consegui fazer o acerto do meu e passei para o meu nome.

E rapidinho, uma segunda coisa: como a construtora tem vários imóveis e esses imóveis não foram passados para o nosso nome, nós não temos a isenção, e nós seríamos isentos porque eu só tenho um imóvel, enquanto a construtora tem vários, só que não fomos orientados de que o imóvel deveria ter sido passado para o nosso nome, e por isso não há isenção. Eu consegui através do PPI, eu vou pagar a primeira parcela este mês através do PPI, que vai se esgotar já agora dentro do próximo mês, um valor de R\$ 11.000,00 e parcelar o montante de R\$ 6.000,00. Tudo bem, conseguimos esse montante de R\$ 6.000,00. A pergunta que fica para eu encerrar: se nós conseguirmos a isenção - visto que isso não deveria mais estar no nome da construtora, isso foi constatado, e eu estive na Subprefeitura falando com pessoas que têm autoridade para falar do assunto -, se for feita a isenção, como fica quem já entrou no PPI, quem já está pagando? Ou, de repente, quem está até pagando o IPTU de um apartamento que não pertence a ele?

Então, aqui fica uma reflexão para o Guedes, que está à frente disso, eu não o conheço, conheço o João de longa data, mas você eu não conhecia. Então, assim, eu peço para que você consiga levantar esses dados para a gente, porque a falta de organização que eu percebi dentro do Safira I, Safira II e Safira III, sem o nome dos proprietários constando nos prédios corretos, eu iria pagar o IPTU do apartamento errado.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 24

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 21 DE 56

Obrigada, gente.

Boa noite.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado. Tem a palavra o Sr. Francisco Jorge da Costa, da Associação dos Moradores do Jardim Nova Vitória. E, logo em seguida, o Anderson Santos, morador do Padre do Morro.

O SR. FRANCISCO JORGE DA COSTA - Boa noite a todos. Boa noite a todas as comunidades. Quero saudar a Mesa, o Vereador Alessandro Guedes, o Vereador Ananias, Dr. Hamilton e todos que estão presentes.

Eu sou morador. Estou representando hoje a comunidade do Jardim Nova Vitória, Jardim Nova Vitória I, II e III, que é o Jardim Meireles.

A minha reivindicação primeira é para a Sra. Sandra, da Sabesp. A gente teve uma reunião recentemente com o Presidente e o Vereador na Sabesp, cobrando algumas melhorias sobre a Sabesp lá no nosso bairro, no Jardim Nova Vitória. E inclusive, Dra. Sandra, nós não... Dr. Hamilton me comunicou que você deu um respaldo para ele, mas a gente não teve esse respaldo físico. Nós estamos aguardando a sua presença lá, a presença da Sabesp lá na Rua 13, que é o Jardim Meireles, para a gente acabar de fazer o saneamento que falta lá, também do restante do bairro.

Porque o Jardim Nova Vitória, vocês que não conhecem, é um bairro com cerca de 25 a 30 mil moradores, e lá todo mundo tem uma falsa impressão de que tem saneamento. Só que o saneamento do Jardim Nova Vitória só sai da avenida e joga dentro dos córregos que estão nas laterais, entendeu? Então eu peço encarecidamente à Sabesp, à Sra. Sandra, que encaminhe isso o mais rápido possível para a gente resolver esse problema, porque todo mundo paga água e esgoto. Então não é justo a gente pagar água e esgoto onde não tem esgoto. Se isso for um padrão, vamos rever esse padrão, porque não está correto.

Quero falar também sobre a questão da saúde. Nós estamos brigando, o Vereador Alessandro Guedes já teve conosco na Secretaria da Saúde, pelo posto de saúde, como o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 25

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 22 DE 56

Luciano falou, para comprar uma área, para a Prefeitura desapropriar uma área para fazer um posto de saúde, porque hoje nós precisamos lá. A comunidade está pedindo socorro, pelo amor de Deus.

Quero falar um pouquinho também da parte da regularização. Bairro Jardim Nova Vitória, foi feito todo o cadastramento de regularização, para fazer a regularização, está com mais de um ano mais ou menos e a gente não teve esse respaldo.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

O SR. FRANCISCO JORGE DA COSTA - Só que os amigos que estão cobrando IPTU, falando sobre IPTU, estão me deixando assustado, porque eu não sei o que eu falo para minha comunidade, quando eu chegar lá, se regulariza o bairro ou se deixa o bairro se regularizar. Porque não adianta regularizar o bairro e depois o pessoal não ter condição de pagar o IPTU, entendeu?

Então isso é uma preocupação que eu levo, deixo aqui para vocês todos e para as autoridades, para os Vereadores, porque daqui a um ano, um ano e meio, os vereadores vão estar lá nos bairros pedindo voto novamente. Esse momento é a hora de vocês, todos nós, darem resposta para os Vereadores. Quem é que está com a comunidade? Quem é que está com a sociedade?

Muito obrigado a todos e uma boa noite para vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

O próximo, Sr. Anderson Santos, morador do Padre do Morro, e logo em seguida D. Maria Luciana, cidadã.

O SR. ANDERSON SANTOS - Olá, boa noite a todos. Sou Anderson, morador da área, da Rua Padre do Morro. Venho falar da melhoria do nosso bairro, que moro há 16 anos, e hoje, ainda bem, está melhorando aos poucos.

E venho falar da burocracia da documentação para ter o desmembramento de cada terreno, porque lá tem mais de 400 moradores, e lá já não é uma comunidade, é um bairro, como diz o Marcelo, e tem muita gente já lá. Então lá precisa ter a quebra da burocracia da

documentação para cada um ter seu IPTU e sua escritura.

IPTU, boa parte da Cidade Tiradentes, a parte de cima que é toda regularizada, não paga IPTU, e nós vamos ser obrigados a pagar, não sei por quê. E, assim, a quebra da burocracia, porque a burocracia que faz isso, porque lá já moram mais de 400 pessoas. Hoje já tem água encanada, tem esgoto, tem luz, então não tem por que cada morador não ter a sua escritura, não tem por quê. É obrigação ter a escritura, o documento para dizer que o imóvel é nosso, é próprio e o documento é direito nosso. Tudo bem?

Muito obrigado pela oportunidade. Obrigado às autoridades. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Anderson.

Próxima, D. Maria Luciana, cidadã, e logo em seguida o Marlon Rocha, morador do Sítio Botuquara.

A SRA. MARIA LUCIANA - Boa noite. Eu vou falar de uma coisa que tem a ver com tudo aqui; tudo o que acontece aqui tem a ver. É o seguinte: ali no café, no primeiro andar, eu estava lá agora há pouco e uma pessoa chegou, eu estava tomando café, uma pessoa: “Ah, não pode mais ficar aqui, porque vai ter um evento do Vereador Danilo do Posto, e não vai poder mais ficar aqui, tem que se retirar”.

O que é isso? Várias vezes, várias pessoas se queixaram disso, entendeu? Eu acho o seguinte: que nós estamos numa democracia, todo mundo que está aqui, todo Vereador que está aqui foi o povo que colocou; tudo o que acontece aqui o povo tem que saber, tem que participar. (Palmas) Todo dia. Eu acho que o povo brasileiro não tem essa consciência que numa democracia quem manda é o Poder Legislativo. Todo dia tem que ir na Câmara Municipal, nas assembleias, no Congresso Nacional e cobrar dos políticos.

E o que nós ficamos sabendo, eu fiquei sabendo que o Vereador lá do posto, Jorge não sei que lá...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA LUCIANA – Hã? Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Danilo do Posto.

A SRA. MARIA LUCIANA – Ele mesmo. Esse Danilo do Posto, ele arrumou... para pessoas, amigos dele. Por que ele não aluga um *buffet* particular? (Palmas) Aluga um *buffet* particular. São Paulo está cheio. São Paulo está cheio de *buffet*. Quem quiser fazer qualquer coisa particular, aluga. Aqui nesta Casa todo mundo... tudo o que acontece aqui, o povo tem que saber, tem que participar. Quem não achar bom não se candidata mais, vai embora. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado.

Senhor Marlon Rocha, morador do Sítio Botuquara. Depois, Senhor. José Domingos, da Sociedade Amigos do Jardim Alto Alegre.

O SR. MARLON ROCHA - Boa noite a todos. Primeiramente gostaria de agradecer a todos que estão presentes e aos que estão na mesa.

Meu nome é Marlon Rocha e venho hoje representar os moradores que estão sofrendo com aumento abusivo do IPTU em nossa região. Muitas famílias vivem há anos no mesmo local, construíram suas casas com muito esforço e dedicação, e hoje estão sendo surpreendidas com cobranças totalmente fora da realidade e do padrão.

Para ter uma ideia, moradores que em 2025 pagavam cerca de dois mil reais de IPTU, agora estão recebendo a cobrança de sete mil reais. Um aumento extremamente elevado que preocupa trabalhadores, aposentados e famílias inteiras que não possuem condições de pagar esse preço.

Sabemos da importância da arrecadação para o Município, porém também é necessário ter equilíbrio, justiça, sensibilidade com a realidade social da nossa comunidade. Diante disso, pedimos que a Prefeitura reveja esses valores, apresente mais transparência nos cálculos utilizados e abra diálogo com moradores para buscar soluções justas e acessíveis.

Também solicitamos a verificação da possibilidade de individualizar e desdobrar o IPTU, permitindo uma cobrança mais adequada, justa para cada morador, evitando que muitas famílias sejam ainda mais prejudicadas.

Gostaria de entender por que Vereadores, a maioria, assinaram, estavam dispostos a aumentar o IPTU. Eu queria entender e dar nome aos bois. E esperamos providência e atenção

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 25 DE 56

diante dessa situação que vem causando preocupação, insegurança e indignação em toda a comunidade.

Eu encerro dizendo: quem governa para o povo precisa ouvir a voz do povo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, Marlon.

O próximo, Sr. José Domingos, Sociedade Amigos do Jardim Alto Alegre; e após será Flávio Teixeira, também cidadão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS DE ARAÚJO FILHO - Boa noite a todos e todos, em especial, representante dos quatro Poderes - Legislativo, Executivo, Judiciário e a mídia de boa-fé.

Meu nome é José Domingos de Araújo Filho. Sou morador do Jardim Alto Alegre e estou Presidente da Associação Amigos do bairro Jardim Alto Alegre.

Com relação ao tema, do meu ponto de vista, eu estou representando uma área que é particular, um espólio particular, não só o meu, como em São Mateus, que tem 45,8 km² de terra, e 50% do seu território problemas fundiários.

Não sei onde que tem essa lacuna entre quem compra, o espólio e a Prefeitura. Eu preciso achar uma solução para descobrir a responsabilidade desse tripé.

Por exemplo, teve gente aqui que falou em relação ao imposto dele, que está numa área de 900 metros quadrados, e o valor dele acho que é 200 metros. Então, aparentemente para a Fazenda, ela aparece como espólio. Ele é dono do espólio. Dos demais que estiverem lá é tudo teu. No meu bairro também aparece no espólio e é muito problemático porque a Prefeitura não consegue fiscalizar, quem recebeu e comprou do espólio também não se preocupa e deixa a coisa rolar. E a coisa vai rolando, o espólio não paga à Prefeitura, a pessoa que comprou do espólio não paga, e vira essa bola de neve.

Teve uma moça aqui que falou que tem 45 mil, teve outra que falou que o apartamento dela é “x”, e está em “w”. Então não sei de onde vai nascer a responsabilidade: se é do Executivo, talvez até dessa Câmara Municipal. Tem que sair uma portaria desse Governo,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 29

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 26 DE 56

alguma coisa para resolver esses problemas. Não tem condições de esse povo ser massa de manobra de uma responsabilidade que é do município. Não pode.

Hoje nós estamos aqui, 15 graus de temperatura. Tem gente que deveria estar em casa cuidando das suas crianças e está resolvendo um problema que é do Governo.

Com relação à Sabesp, eu gostaria que ela voltasse, pelo menos no passado. Ainda existem algumas ações na Sabesp, porque nós tínhamos, antigamente, os representantes das comunidades que faziam o trâmite entre nós e a Sabesp, que seria melhor. Ultimamente, não estamos conseguindo, tanto é que marcamos reunião e não chega.

Pedimos que ajam sobre isso. Não é possível a Sabesp estar jogando tanto resíduo dentro de córrego, na porta do povo.

Parabéns a todos nós. Vamos para a luta.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

O próximo é o Sr. Flávio Teixeira, cidadão e, depois, a Sra. Vânia Cunha, moradora da travessa do Ipê, Cidade Tiradentes.

O SR. FLÁVIO TEIXEIRA – Bom, boa noite a todos. Boa noite à Mesa.

Eu não ia nem falar, mas fiquei ouvindo aqui e me causou uma preocupação tão grande quando vocês falaram de IPTU, de cobranças exorbitantes.

Eu tenho uma preocupação. Sou morador de um prédio, ali em São Mateus. Na pandemia, suspenderam todos os pagamentos porque não tinha lugar para ir pagar e, de lá para cá, não mandaram mais os boletos. Aí eu estou vendo gente falando aqui de pagamento de 11 mil, 30 mil... Isso está me deixando superpreocupado. Não só a mim, mas até os moradores que estão lá ao meu redor estão preocupados também. Chegaram para mim e falaram: “Flávio, será que não vai vir mais o valor do apartamento para pagar?”. E o Antônio, que era lá da SEHAB, garantiu para mim que não ia ser mais cobrado e ia enviar a documentação para as pessoas. E aí agora eu estou com essa preocupação. Além desses atrasos todos, se vier tudo de uma vez...

As pessoas são de baixa renda, são pessoas que vêm de comunidade. Vou falar o português bem claro: vêm das favelas. Como é que essas pessoas vão se virar? Vão ser leiloados os apartamentos dessas pessoas?

Meus nobres Vereadores, fiquem atentos a essa questão porque vamos precisar muito de vocês com o que diz respeito à administração pública dessa cidade.

Então, precisamos estar acordados para não cair também nesse conto do vigário, como eu estou vendo muitos de vocês caindo. Porque não é justo, gente. As pessoas, quando saem de uma favela e vão para um apartamento, já vão com a classe baixa. São moradores de baixa renda. Tem muitos que não têm nem o que comer. Às vezes atrasam o condomínio, às vezes atrasam a água, outra vez atrasam a luz para poder ir enrolando as coisas e passar. Como é que vão pagar se vierem todos esses atrasados?

Então, é isso que me preocupa.

E olha, vamos ficar atentos, gente. Acho que precisamos nos unir mais e brigar todos por um e um por todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

A próxima é a Dona Vânia Cunha, moradora da travessa do Ipê, Cidade Tiradentes, e, logo em seguida, a Dona Débora Aparecida Teodoro.

A SRA. VÂNIA CUNHA – Boa noite, pessoal. Boa noite, Mesa maravilhosa.

Bom, eu não pretendia falar nada. Eu vim hoje mais como espectadora, mas, a partir do momento em que eu comecei a ouvir o pessoal do Safira I, II e III, não consegui ficar quieta.

Eu quero apresentar o espaço em que eu moro, que é a travessa do Ipê, Cidade Tiradentes. É um terreno de mais ou menos dois mil metros. Compramos. Somos 15 famílias que lutamos para comprar esse terreno. Tentamos de todas as formas pelos meios legais conseguir a documentação e a burocracia é muito grande. Nos sentimos impotentes perante isso.

Assim como esse senhor acabou de dizer, na pandemia, fomos surpreendidos com o IPTU que estava isento e voltou a ser cobrado. Estamos com uma dívida de 133 mil reais. Tivemos que aceitar essa proposta agora do PPI e parcelamos porque é o único lugar que nós temos para morar.

Estamos aqui na luta através do Dr. Hamilton e do Assessor Elias, para interceder junto com o Dr. Alessandro para nos auxiliar. Estamos pedindo socorro.

Gente, nós estamos agora tendo que pagar esgoto, mas nós não temos rede de esgoto. Socorro. A Comunidade Travessa do Ipê está pedindo ajuda.

É só isso que eu tenho para dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

A Sra. Débora Aparecida Teodoro e, logo em seguida, o Sr. Alexandre Borges, da Associação Unidos São Jorge.

A SRA. DÉBORA APARECIDA TEODORO – Boa noite a todos. Boa noite à Mesa. Obrigada, Alessandro pelo convite. Dr. Hamilton.

Bom, a minha questão aqui é a Sabesp. Tivemos uma reunião em razão da demora para nos atender, não é, Alessandro? Quase um ano mais ou menos. Quase um ano a Sabesp demorou para nos atender. Já tem uns 40 dias que fizemos essa reunião e até hoje não vi ninguém da Sabesp lá. Não foi ninguém da Sabesp lá.

Graças ao Alessandro e ao Dr. Hamilton, que me acompanha já tem muito tempo... A minha comunidade tem quase 5 mil famílias e mais umas 35 ruas para lá. Então, no começo eu sofri muito com problema de água e de esgoto. Era mangueira dentro do esgoto, não é, Dr. Hamilton? A gente bebia água de esgoto, era aquela nojeira toda. O Alessandro foi o único político que eu conheci que pôs o pé lá. Entendeu? Ele é o único que vai lá. Quando ele viu a nossa situação, ele ajudou a gente e trouxe a água. Não demorou muito tempo, veio o esgoto, graças a Deus, antes de privatizar. Porque, se antes de privatizar a gente já teve uma luta, imagina privatizado.

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 29 DE 56

A Sabesp está fazendo a obra do esgoto, só que eles estão fazendo e estão deixando os barros tudo lá. Não jogam um cascalho. Eles falam que não são pagos para jogar cascalho, eles são pagos para fazer o buraco e deixar a bagunça. Eu tenho áudio, eu tenho vídeo do próprio encarregado falando.

Então, o que acontece? Ninguém entra quando chove, ninguém sai. Eu tenho crianças que não conseguem ir para a escola, eu tenho pessoas deficientes de cadeira de rodas. Eu tenho vídeo também de pessoas de cadeira de rodas tombando a cadeira de rodas no barro.

Então, estamos numa luta tão grande, uma luta muito grande mesmo.

Conclusão, eu queria que a Sabesp fosse lá dar uma olhada, porque depois que tiraram o César. Não estou diminuindo o Luiz, que é uma ótima pessoa que trabalha na Sabesp. Ele fala para mim: “Débora, se eu pudesse te ajudar, eu te ajudaria, mas eu também dependo do ok da Sabesp”.

Eles estão fazendo uma obra do lado da minha comunidade, então eu peço encarecidamente a vocês da Sabesp que mandem o ok para o Luiz, porque ele não tem medo de ir no barro, ele não tem medo de ir lá, ajudar e fazer uma reunião com o pessoal. O César saiu, mas o Luiz ficou. Vira e mexe ele vai lá, ele me ajuda.

Fora o aumento das contas.

As contas estão vindo de 3 mil reais para cima. Eles não parcelam. Não é todo mundo que tem cartão para parcelar.

Poderiam fazer um boleto. Por quê? Para não sujar o nome das pessoas, porque já estamos no barro e não temos regularização fundiária, pois é uma área particular. Estou vendo todo mundo reclamando do IPTU. Aí, você vem com uma conta alta, um lugar que não dá para você andar e um IPTU? Fica difícil.

Então, eu peço à Sabesp, encarecidamente: vá lá olhar pela nossa comunidade. Está bom?

Muito obrigada. Obrigada, Vereador Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sra. Débora. O próximo é o Sr.

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 30 DE 56

Alexandre Borges, da Associação Unidos São Jorge. Logo em seguida, serão o Sr. Quitalo Inácio, cidadão, e o Arthur Coelho, do Condomínio Safira II, que é o último já. Está bom?

O SR. ALEXANDRE BORGES – Boa noite a todos. Boa noite à Mesa presente. Quero mandar, também, um “oi” para o meu filho Miguel, de 12 anos, que está assistindo à Rede Câmara SP. Já tem interesse também por essas pautas. Fico orgulhoso.

Então, pessoal, eu quero falar um pouco sobre o IPTU dos empreendimentos Safira II e Forte do Rio Branco. Começa o verdadeiro jogo do empurra. Habitação joga para Fazenda; Fazenda joga para Habitação. Resumindo, ninguém resolve e ninguém dá uma resposta. Tivemos uma reunião com o Alan. Eu acho que foi em novembro, se não me engano, se não me falha a memória. Ficamos esperando o retorno para uma segunda reunião. Estamos esperando, ainda.

O que acontece? Começa pela numeração dos prédios, lá. O IPTU que a gente puxava, no ano passado, do Safira II, saía como 1.340. Hoje, a gente puxa e ele sai como 1.420. Você vai procurar o IPTU pelo CPF do morador e você não acha. Tem que procurar pelo CNPJ da Caixa. Se o imóvel é do morador que está lá, por que o IPTU está no nome da Caixa? O IPTU do Forte do Rio Branco nem foi desmembrado ainda. O IPTU da área maior está na dívida ativa no nome do antigo proprietário. Ninguém dá resposta para a gente, também. Por quê? A gente está aguardando e vamos continuar cobrando. Certo?

Há a questão, também, das matrículas, que é outro jogo do empurra. Há o número da matrícula. A gente vai ao cartório para fazer a averbação da quitação. Chega lá e não está registrada a matrícula. Não há registro da matrícula. Vai à Caixa, e ela fala que está tudo ok, que o problema é da SEHAB. Chega à SEHAB e falam que não, que o problema é com o cartório. Resumindo, não há o número da escritura e não há registro. Não se consegue averbar a quitação. São donos que, na verdade, não são donos. Lá, continua como se fosse da Caixa. É um resumo do que está acontecendo aqui, do que já foi falado pela maioria. É isso o que está acontecendo lá.

Também quero deixar aqui a reclamação para a Sabesp. Lá, em frente à lixeira do

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 31 DE 56

Safira II, há um hidrante dificultando o recolhimento do lixo e acarretando problemas para os moradores. A gente quer pedir uma atenção, também, referente a isso.

É isso aí, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Alexandre. O próximo é o Sr. Quitalo Inácio, cidadão. Logo em seguida, será o Arthur Coelho.

O SR. QUITALO INÁCIO – Boa noite, pessoal. Tudo bem? Primeiramente, eu quero agradecer a oportunidade de hoje estar aqui. Agradeço ao Vereador Alessandro Guedes pela iniciativa. Como sempre, é um combatente ferrenho na regularização fundiária, com o IPTU, sempre com as famílias mais carentes. Agradeço, também, ao Vereador João Ananias, Presidente da Mesa, e a todos os outros presentes. O Dr. Hamilton também está presente e é um grande lutador da moradia popular.

Hoje, o meu questionamento, nesta audiência pública, é a regularização fundiária. Eu venho da Cidade Tiradentes, no extremo Leste da cidade de São Paulo, onde eu tenho o prazer muito grande de poder ajudar – eu acho que essa é a palavra, “ajudar” – muitas famílias, hoje, que vivem de forma precária em comunidades, muitas vezes, irregulares, e nós travamos uma luta muito grande, por meio do mandato do Vereador Alessandro Guedes. Está aqui o Dr. Hamilton, também, junto. Nós travamos uma briga muito grande referente à moradia digna.

Hoje, eu acredito que haja alguém aqui, da Habitação – e da Sabesp, também. É muito importante esta audiência pública, para a gente compreender qual é a política pública voltada à regularização fundiária, porque, na necessidade da moradia, hoje, do cidadão paulistano, nós ocupamos uma área. Eu tiro como exemplo o Wilma Flor. Hoje, eu moro dentro de uma comunidade. Nós estamos lutando e brigando por uma regularização fundiária.

Vou deixar muito claro o que nós queremos. Este é um direito constitucional e nós queremos ter o nosso lar. Eu acho que é a base da sociedade. Não é só isso. Também estamos lutando pela regularização da água e da luz. Hoje, por incrível que pareça, acompanhando todo o nosso processo, a gente recebeu uma devolutiva negativa, tanto da regulação fundiária quanto da questão da regularização da água, lembrando que nós vivemos de forma precária.

Então, hoje eu espero, de todo o meu coração, sair desta audiência pública com um encaminhamento tanto da Secretaria da Habitação quanto da Sabesp. Qual política a gente vai definir, para que a gente possa levar essa política pública para essas pessoas? Lembro que é um direito constitucional. Acho que todos já sabem que é um dever do Estado dar moradia digna. Não é só isso. Também há dignidade na regularização de água. Uma água de qualidade, um saneamento básico, uma coleta de esgoto e uma luz de qualidade.

Eu deixo muito claro isso, pois muitas vezes as pessoas acham que quem mora em comunidade não quer pagar água, luz, seus impostos. Pelo contrário, as pessoas querem e têm que ter essa dignidade. Isso é um direito e nós estamos aqui para reivindicá-lo.

Eu espero, de todo meu coração, que nós saíamos daqui com encaminhamento para ambas as secretarias e que a gente possa ter uma resposta. Está bom?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. O próximo é o Arthur Coelho.

O SR. ARTHUR COELHO – Com licença, meu nome é Arthur Coelho. Antes de tudo isso, eu quero agradecer pela oportunidade de estar falando, representando a comunidade. Eu acho que isso é o mais importante. Também quero agradecer ao Vereador João Ananias, porque, desde que eu tinha seis anos eu já o conheço e foi quando eu o conheci que comecei a ter o sonho de ser Presidente da República. Então, eu quero agradecer muito a ele.

Porém, hoje eu vim aqui especialmente falar sobre as comunidades que vêm sendo esquecidas e a gente sabe que isso já vem de anos. Há diversos anos, as nossas comunidades vêm sendo esquecidas e nós somos tacados no porão do Brasil.

Eu quero dizer, principalmente aos Vereadores, que eles estão lá para nos representar, para lembrar o Prefeito do que eles devem fazer, do que eles precisam melhorar na comunidade. Eu vejo que isso não vem acontecendo.

Quero falar que este é um monstro que vocês criaram, que vocês esqueceram. Está na hora de vocês se lembrarem dele, se lembrarem de que ele existe, porque aqui há milhões de famílias brasileiras – não só aqui, mas em diversos lugares do Brasil. Eu quero que vocês se

lembrem disso, especialmente hoje. Eu quero que vocês se lembrem de que foi o dia em que a população brasileira venceu. Hoje é o dia em que nós vamos lembrar aos engravatados que nós estamos aqui.

Era isso o que eu queria falar. Muito obrigado. Um abraço.

Lembrem-se do meu nome. Eu vou ser Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Concluimos, então, as falas. Vereador Alessandro Guedes, agora verifique quem será.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Arthur, nós começamos assim. Viu? Parabéns.

Agora, quem fará uso da palavra será o nosso Hamilton Clemente Alves. Tem a palavra, Sr. Hamilton.

O SR. HAMILTON CLEMENTE ALVES – Boa noite, queridas amigas e amigos. Boa noite, Vereadores Alessandro Guedes e João Ananias. Cumprimento os demais representantes do Governo Municipal e de uma parte do Governo Estadual – porque a Sabesp, nosso patrimônio, infelizmente foi vendido, mas a Sabesp está aqui sendo representada pela Sandra, que é uma funcionária de carreira há muitos anos; Marcelo, representando a Secretaria da Fazenda; Alan, representando a Secretaria de Habitação. Muito obrigado a todos vocês que saíram nesse frio para vir aqui fazer esse debate tão importante.

Estou bastante emocionado, porque ouvindo os depoimentos de vocês, me deixa muito triste. Primeiro, os convidados que estão aqui - às vezes muitas coisas que nem são para eles ouvirem - são profissionais de carreira, mas os verdadeiros, os que têm a caneta, que decidem, não estão aqui e não querem estar.

Começando pela Habitação, Sr. Diogo, por favor, o senhor ouviu aqui tanta gente falando da questão da Regularização Fundiária. Tanta gente falando que não está sendo recebida na Secretaria. Eu também. Faz mais de anos que não sou recebido na Secretaria. Temos muita demanda. Temos mais de 40 processos na Coordenadoria de Regularização Fundiária. Estamos implorando por uma agenda que é de direito nosso. Como disseram, o poder emana do povo. É o povo que manda. Infelizmente, tem alguns que ganham a eleição, porque o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 37

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 34 DE 56

povo os elegeu, chegam lá e acham que estão na empresa deles, no patrimônio deles e eles fazem o que querem. Infelizmente.

A Sabesp, mesma coisa. A Sandra está aqui, com certeza irá levar nossas angústias, mas a Sabesp, infelizmente, depois que venderam, nossa, como o povo está sofrendo. Quando não falta água, chega aquela água suja na nossa torneira. Quando vem a conta, uma conta absurda. Quando não tem dinheiro para pagar, vai até a loja da Sabesp, fica de três a quatro horas na fila para ser atendido. Quando chega no atendimento, tem que ter um cartão de crédito para parcelar. É isso que devolveram para o povo. Infelizmente.

Nós precisamos, junto com nossos dois Vereadores combatentes, encontrar uma saída junto a Secretaria. Por isso estou dizendo a importância da Secretaria estar aqui, Alan. Eu tenho certeza de que você irá levar isso. Porque o problema maior chama-se falta de regularização.

A Fazenda é um corpo técnico que trabalha com a lei. A lei diz: cobre. Eles cobram.

Há uma situação, do rapaz que me antecedeu, que mora em um terreno de 200 metros e tem mais três terrenos, a conta vem toda no CPF dele para ele pagar. Daí vai-se acumulando a dívida, porque a pessoa não consegue pagar; e, quando vai lá, ainda recebe umas gracinhas dos atendentes: “você é dono de tudo, Sr. Fundiário. Pague, ou então perde”. E não é dele. Ele mora no lugarzinho só. Faz três anos que está no CRF. Não precisa de mais nada. O CRF não precisa de mais nada, é só o Secretário autorizar, ir para o cartório, registrar e entregar a escritura para vocês. E aí, Fazenda, acaba a agonia. Porque cada um vai ter sua fraçãozinha do seu lote, vai ter o seu título de propriedade e acabou. A mesma coisa nas outras comunidades: na Inácia, na Ipê, na Jacinto Ferreira. O Pinheirinho 2 e a Cohab já estão prontos. Parque das Flores, Pinheirinho, Benfica. Escritura pronta. Só entregar e não entrega, por quê? Por que não entrega?

Quero mandar um recado para esse povo, dizer para eles: Olha, nos atendam. É obrigação de vocês nos atender.

Vamos pedir, mais uma vez, encarecidamente, ao Sr. Diogo, o atual Secretário e

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 35 DE 56

atual Presidente da Cohab, por favor, nos atenda. Alan, leva isso para ele. Fala que o Hamilton Clemente falou que não está sendo atendido. Por favor, nos atenda. Nós estamos querendo ajudar a contribuir com o governo. O governo precisa resolver essa situação. Agora, se não resolver, não vai restar outra saída a não ser lotarmos os ônibus e irmos para a porta exigir o nosso direito. Vamos ou não vamos? É a luta do povo.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, Dr. Hamilton. Sra. Sandra Garcia Lopes. Ela vai resolver o problema de todos, da Sabesp, a partir de agora.

A SRA. SANDRA GARCIA LOPES - Boa noite a todos. Boa noite à Mesa. Obrigada pelo convite. Quem dera eu conseguisse resolver o problema de todos. Mas estou aqui e comprometo-me a levar o que puder para a Sabesp e, com certeza, iremos dar encaminhamento às solicitações sim.

Eu anotei todas as menções que foram feitas para a empresa. Peço desculpas caso eu tenha deixado passar alguma coisa, vocês me corrijam, por favor.

Alguns casos, o primeiro eu quero falar da avenida Osvaldo Valle Cordeiro. O Janderson perguntou da obra que tem ali. Essa obra é uma obra de esgoto que temos desde o ano passado nessa rua. Fizemos uma obra com redes menores para conectar os imóveis. E agora fizemos por último uma obra maior, que é um coletor, cuja obra acabou essa semana. Se eu não estou enganada, hoje, começamos a fechar alguns buracos que fazemos, que chamamos de *shaft*. Vocês vão perceber na rua que eles já começaram o fechamento. Essa obra concluiu. Para que essa obra? Essa obra é para tirar o esgoto daquela região e levar para a Estação de Tratamento Parque Novo Mundo. São obras que estão previstas no nosso contrato para a universalização dos serviços, que é distribuição de água, coletar o esgoto das casas e esse esgoto levar para tratamento. A Sabesp tem que fazer isso até 2029, segundo o contrato. Então temos várias obras em várias regiões da cidade que vocês devem encontrar por aí. Nessa rua terminamos a obra. E por volta de 20 dias vai entrar o pavimento definitivo, aí não terá mais obra na rua.

Nessa rua, disseram a respeito da questão de boca de lobo, problemas de enchente.

Eu acho importante saber que nós temos dois tipos de tubulação nas ruas. Uma que a Sabesp cuida, que é o esgoto: o que sai do vaso sanitário, do ralo da pia. Isso tudo vai para o esgoto, a Sabesp tem que coletar isso e encaminhar para tratamento. Porém, nós temos também uma tubulação de drenagem, que são as bocas de lobo. Essa parte não é a Sabesp que cuida. Essa parte é da prefeitura que cuida da drenagem. O que vai na drenagem: a água que vem na calha dos telhados, o ralo que está no quintal, água de chuva quando chove, essa tubulação recolhe e por isso que tem a questão das enchentes. Quando chove, se a tubulação não tiver adequada ou não tiver dimensionada de forma correta para aquela região, pode ter a enchente.

Então eu queria deixar isso claro: a parte da drenagem eu não posso responder. Mas da parte da obra de esgoto, concluímos, e não vai ter mais a obra lá na rua.

Com relação ao que foi dito de contas de água altas. Eu não anotei quem falou. Assim que acabar, se alguém quiser me procurar e passar os casos ou procurar o Hamilton, que tem o meu contato. As altas de consumo, precisamos ver caso a caso. Podem ser vários motivos, e avaliamos, sim, sem problema algum.

Com relação – deixe eu ver o que mais eu anotei – a regularizar e levar a coleta de esgoto em alguns bairros – se não estou enganada, foram o Inácio e o Francisco que falaram – a Sabesp, com esse novo contrato, que tem que universalizar até 2029, tem uma mudança importante: agora a Sabesp pode entrar em áreas que ainda precisam de regularização fundiária, que chamamos de áreas informais, desde que a Prefeitura autorize a entrada.

Então, se a Prefeitura falar que a Sabesp tem que regularizar um determinado bairro, a Sabesp tem que entrar lá e fazer a distribuição de água, a coleta de esgoto e levar esse esgoto para tratamento. Então, hoje, com o novo contrato, podemos fazer esse atendimento, desde que haja essa autorização. Isso pode ser feito.

É claro que a Prefeitura também tem as limitações dela para autorizar.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SANDRA GARCIA LOPES – Isso. Se estiver autorizado, a Sabesp vai entrar.

A Sabesp vai entrar. A autorização tem que ser encaminhada para a Sabesp através da

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 37 DE 56

Prefeitura, Hamilton. Aí, fazemos a regularização sem problema nenhum, como já fazemos em vários outros bairros.

Bom, foi isso que eu anotei. Se houver mais alguma dúvida, mais alguma questão que eu deixei, por favor, procurem por mim.

- Manifestação do público.

A SRA. SANDRA GARCIA LOPES – Claro.

- Manifestação do público.

A SRA. SANDRA GARCIA LOPES – Se não houver rede de esgoto na rua, e a pessoa não estiver conectada a essa rede de esgoto, não tem que haver cobrança.

- Manifestação do público.

A SRA. SANDRA GARCIA LOPES – Pode passar esse caso, e verificamos. Se estiver incorreto, vai ser retirada, e se pagou errado, a Sabesp restitui também.

- Manifestação do público.

A SRA. SANDRA GARCIA LOPES – Esqueci o seu nome.

- Manifestação do público.

A SRA. SANDRA GARCIA LOPES – Cleide. Nós nos falamos semana passada, não é?

Então, Cleide, quando você me passou a mensagem, eu conversei novamente com a Sabesp e pedi para entrarem em contato. Não sei se foi feito o contato, mas pedi no mesmo momento.

Temos que ir lá, não tem jeito. Temos que ir lá, temos que verificar. Hoje, a Sabesp tem também uma cobrança. Se passar a rede na rua, há uma cobrança de disponibilidade. Às vezes, o imóvel não está ligado, mas ele paga pela disponibilidade da rede coletora. Todos esses casos podem ser verificados. Se estiverem errados, a Sabesp tem que devolver.

- Manifestação do público.

A SRA. SANDRA GARCIA LOPES – Devolve. Se estiver errado, devolve.

- Manifestação do público.

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 38 DE 56

A SRA. SANDRA GARCIA LOPES – Devolveu, não é? Isso. Devolve, a Sabesp devolve.

- Manifestação do público.

A SRA. SANDRA GARCIA LOPES – Nós vamos ter que fazer, porque a Sabesp, nesse novo contrato, além de universalizar e expandir os serviços, tem indicadores de qualidade e de prestação de serviço. Então, se houver esse tipo de problema, vamos ter que resolvê-lo.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sandra. Vamos passar agora para o Alan de Paula, o cara que vai resolver todas as moradias a partir de agora.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Pessoal, antes de o Alan falar: sabemos que pode haver um caso ou outro que gere dúvida ainda, então o nosso gabinete, através do Hamilton, está aqui responsável por coletar e tratar junto à Sandra para podermos dar o encaminhamento.

Referente ao esgoto cobrado de algumas famílias, a Sabesp aderiu a uma cobrança chamada taxa de disponibilidade. Às vezes, há esgoto na sua porta, e a casa está mais baixa do que o nível da rua, mas ele está na sua porta. A Sabesp, depois que foi privatizada, começou a cobrar isso. Eu sei porque já levei moradores para reclamar disso, e não tiram essa taxa.

Se não é esse o caso, ela está falando que devolve, e a moça comprovou que devolve. Mas o nosso mandato vai poder acompanhar esses casos da Sabesp através do Hamilton, com o Vereador João Ananias ajudando também.

Então, Alan, com a palavra.

O SR. ALAN DE PAULA – Boa noite a todos e a todas.

Venho cumprimentar o Vereador João Ananias; o Vereador Alessandro Guedes; a Sandra, da Sabesp; o Dr. Hamilton. Cumprimento os demais membros desta Mesa, o nosso colega auditor da SF, a Dra. Simone e, principalmente, vocês que estão aqui presentes para que nós, como Administração Pública, como Poder Executivo, possamos dar a devolutiva, que é nossa obrigação. Estamos aqui justamente para isso, não refutando essa obrigação que temos perante todo o povo paulistano aqui presente.

Também venho apresentar a justificativa da ausência do nosso Secretário Diogo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 42

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 39 DE 56

Soares. Ele não se encontra presente porque estava em Perus, no programa Prefeitura Presente, onde hoje foram realizadas entregas de matrículas e escrituras no que tange à REURB – de que muitos aqui comentaram –, bem como também a entrega de unidades habitacionais. Então, devido à distância e ao horário da presente audiência pública, não seria possível a presença dele aqui a tempo de poder ouvi-los e dar as respostas necessárias.

Por outro lado, fiquei muito feliz, porque como assessor especial no gabinete da Secretaria de Habitação, as demandas aqui trazidas são demandas que tratamos no gabinete. Eu poderia citar uma por uma, mas vou colocar por assunto, o que é muito importante.

No que tange à questão dos condomínios Safira I, II, III e IV, nós fizemos diversas reuniões internas e, também, reuniões com as lideranças, síndicos e demais cidadãos que pediram.

O que foi passado por nós? Ali, há uma questão de estarmos em um limbo jurídico. Essa é a questão ali, porque os empreendimentos foram construídos – até foi colocada pelo Chico a questão do PAC, que foi o PAC 1 ou 2, enfim – dentro do programa Minha Casa Minha Vida.

A Prefeitura, a municipalidade entrou com a doação dos terrenos para que pudesse ser feita a construção dos quatro empreendimentos. Então, a incorporação feita ali para a construção das unidades habitacionais ficou, de fato e juridicamente, sob a gestão da Caixa Econômica Federal junto à incorporadora.

Se fosse através, por exemplo, do nosso programa Pode Entrar, que é administrado pela Prefeitura – por nós, pelo órgão executor, que é a Cohab – a responsabilidade para que houvesse alguma regularização nos termos da matrícula individualizada para cada um dos contemplados seria nossa sim.

Entretanto, Vereadores, proponho aqui – e aqui tenho a liberdade para falar em nome da Secretaria, embora o Chico quisesse ver à época o nosso ex-Secretário Sidney Cruz, atual Vereador nesta Casa, mas sempre com autonomia para que possamos dar o melhor atendimento a todos aqueles que nos procuram – proponho uma reunião com a Caixa Econômica Federal,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 43

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 40 DE 56

bem como com a SF que está aqui, síndicos e demais lideranças, para que possamos, de fato, sentar e verificar como vai ser solucionado isso.

Mas, desde já, e colocando de forma muito clara e transparente, e até minha própria formação acadêmica permite que eu fale isso, essa responsabilidade no que tange à entrega do condomínio, da incorporação, não é da Cohab, não é de SEHAB. Entretanto, estamos à disposição para auxiliar e para ajudar naquilo que for preciso para resolver essa situação, tanto é que recebemos um *e-mail* e orientamos, tecnicamente, a questão dos IPTUs. Por quê? Porque, daqui a pouco, meu colega de Poder Executivo vai falar..., a questão do IPTU é de nossa competência, na Secretaria da Fazenda, que é, dentro da organização do município, a competente para tal matéria, para tal assunto.

Foi orientado no *e-mail*, inclusive eu o trouxe, por isso achei muito interessante eu ter vindo, porque estou, junto aos demais colegas em SEHAB, servidores, tomando ciência da situação, conversando, dando as respostas necessárias aos munícipes.

Então, nós nos propomos a ver essa questão de uma reunião conjunta para que possamos ajudar nessa questão da individualização, da entrega das matrículas, lembrando que, juridicamente, não é uma competência nossa. Entretanto, como resposta à sociedade que aqui está, e ao pleito de vocês, nós, enquanto Poder Executivo, naquilo que for necessário, e que estiver dentro de nossas competências e alcance, vamos colaborar para que seja resolvido.

Também foi falado muito no que tange a questões da regularização fundiária, a famosa REURB. A regularização fundiária no município de São Paulo teve outra legislação anterior, mas, a partir de 2022, surgiu uma nova regulamentação legal. E essa regulamentação legal, no que tange à REURB, principalmente à REURB-S, e aqui é muito importante deixar claro que esta é 100% gratuita, pois não se paga uma taxa, nem um real. Todo custo para a regularização fundiária, quando se trata de REURB-S, é arcado pelo Município, desde o início a conclusão, que é a entrega da matrícula, da certidão de matrícula individualizada para o beneficiário.

Há uma série de requisitos para que aquela área, naquele perímetro, possa ser, de fato, regularizada, porque uma das questões de preocupação do Poder Executivo é fazer uma regularização fundiária, uma legitimação fundiária, na qual a pessoa terá a matrícula individualizada do seu imóvel, a propriedade do seu imóvel conferida para aquela matrícula, e o perímetro não pode, por exemplo, estar em área de risco. Há que ter uma infraestrutura, mesmo que mínima.

Então, há muitos desafios para serem superados, mas é importante destacarmos, que trago os números da nossa regularização fundiária, números muito impressionantes, muito importantes, para que possamos colocar aqui para todos: Só entre 2025 e 2026, entregamos 26.594 títulos, matrículas, conferindo propriedade a 26.594 núcleos familiares, porque não é uma pessoa beneficiada, é o núcleo familiar, porque aquilo vira propriedade, e propriedade também tem direitos decorrentes disso.

Desde 2021, na atual gestão Ricardo Nunes, entregamos 78.770 títulos.

O investimento na regularização fundiária no município de São Paulo é o maior que já se viu na história dessa cidade. Isso é muito importante de deixarmos claro, que a Prefeitura, que o Poder Executivo, através do nosso Sr. Prefeito Ricardo Nunes, dos nossos Secretários, incluindo o ex-Secretário Sidney Cruz, que hoje voltou à vereança nesta Casa, e o atual Sr. Secretário, Diogo Soares, tivemos - agora - um investimento para os próximos cinco anos, para fazer REURB-S na cidade, investimento que chega a quase 700 milhões de reais, com diversas e diversas áreas selecionadas dentro do município.

E posso falar para vocês com toda propriedade, porque estou lá, não sei até quando, mas ainda estou. Mas estou e vejo o trabalho que é realizado. Não é porque estou lá, não é porque estou no Governo, enfim... O trabalho é realizado com vontade.

Então, só para concluir, nobre Vereador Alessandro Guedes, as demais situações que não foram citadas, fico à disposição para recepcioná-las por escrito e responder por escrito, marcar uma agenda. Estamos sempre à disposição e com as portas abertas.

E só um detalhe para o Chico, sempre à sua disposição, tá, meu amigo?

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 42 DE 56

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALAN DE PAULA - Mas eu te atendi.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Sr. Alan, deixe-me tirar uma dúvida, em relação aos Safiras.

Você disse que a matrícula não seria responsabilidade da Prefeitura, e - sim - da Caixa junto à incorporadora, e que nesse processo deveríamos buscar uma reunião junto à Caixa, envolvendo a Secretaria da Fazenda, a SEHAB e a comunidade, neste sentido, para desenrolar isso? Exatamente isso que eu entendi?

O SR. ALAN DE PAULA – Exato, porque é um limbo jurídico. Ao mesmo tempo que essa questão da individualização das unidades através da matrícula não é uma competência do município, uma vez que o empreendimento foi executado dentro do programa Minha Casa, Minha Vida, e lá atrás, numa legislação que tínhamos a questão do PAC, na época, enfim, vem evoluindo... então é um limbo jurídico mesmo, no qual temos que sentar e procurar uma solução.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Seria o quê? A Superintendência Regional de São Paulo?

O SR. ALAN DE PAULA – A de Habitação e a de Programas. Ali... é que eu não vou me recordar, mas não sei se foi FDS ou FAR. Alguém se recorda?

- Manifestação do público.

O SR. ALAN DE PAULA – Foi FAR? Então, o pessoal dentro da Caixa Econômica que toma conta do FAR. Seria necessário para que pudéssemos pensar numa solução para o Safira I, II, III e IV.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Diga, Janderson.

O SR. JANDERSON PASSOS - Senhor Alan, verifiquei que o senhor falou que a responsabilidade é da Caixa, mas me recordo bem que, em 2019, quem era o representante lá no CEU Alto Alegre era a SEHAB, representante da SEHAB. Então o que vejo hoje é o senhor jogando a responsabilidade para a Caixa e, quando estávamos lá, foi representante da SEHAB que estava e que nos entregou, o Sr. Antônio e esse pessoal que era representante da SEHAB.

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 43 DE 56

Hoje, não entendo por que já é responsabilidade da Caixa. Vejo que o senhor está jogando para o outro lado e queremos uma resposta.

E a Caixa mandou uma resposta para uma moradora, a Sra. Andressa, por *e-mail*, respondendo, falando que, por enquanto, para ela nem ir à Caixa e nem procurar o cartório.

A SRA. ANDRESSA - Assinei a papelada no cartório, paguei a taxa de 80,12 reais, e falaram: “Daqui a sete dias você volta para pegar a sua escritura”. Voltei. Aí eles me mandaram, deram uma cartinha para eu ir até a Caixa, porque ela tinha que me dar uma ordem coletiva sobre o termo de quitação. Eu tenho a declaração de quitação, não o termo de quitação.

O SR. JANDERSON PASSOS – Em relação ao IPTU, é uma dificuldade tremenda de nós conseguirmos a isenção, mas, quando o morador vai a uma Subprefeitura de Itaquera, é superfácil. O morador senta na frente do computador, a moça faz todo o cadastro e muda a dívida para o nome do morador. Um caso que aconteceu com o Fernando, e ele está com a carta de cobrança. Então é tipo assim, gente: para a isenção é muito difícil, mas para você pagar é superfácil. É só ir até a Subprefeitura, que eles transferem a dívida para o seu nome, e você fica com a dívida ativa no seu nome. É isso que eu queria falar.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Sr. Janderson Passos, o horário está avançado. Então, queria fazer uma proposta. A importância da SEHAB e da Secretaria da Fazenda participarem dessa mesa técnica junto com a Caixa, porque os moradores têm razão. Quando eles vão a um setor, jogam para o outro; quando vão ao outro, jogam um terceiro, e eles ficam nessa situação. Então, seria uma responsabilidade meio que nossa, juntos; nessa proposta, nós podemos buscar essa agenda junto com o Presidente e junto com a Caixa. E aí vocês garantem o assento da SEHAB, de preferência o senhor, que está tratando disso. Nosso Ouvidor, também nesse sentido, e nós poderemos tratar isso no contexto geral, até que procuremos e encontremos a solução final de todos os casos.

A SRA. ANDRESSA – No dia 15 de dezembro, eu estava na reunião junto com a Silvia e o Alan. Estávamos na reunião, esperando essa reunião até hoje, e não houve.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Então, nossa audiência pública foi chamada para

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 44 DE 56

hoje. E ela foi marcada, a representação da SEHAB veio, a representação da Fazenda veio. Estamos tirando um encaminhamento de trabalho, um desdobramento que nós vamos tocar junto com os senhores. Não mais falando "vai lá", tocando; nós vamos juntos. Nós vamos solicitar a agenda na Caixa, estamos pedindo a garantia da representação da SEHAB, como da Fazenda, para ajudar a desatar esse nó, que parece um nó com o qual nós nos deparamos, o tal do limbo jurídico. Então, juntos, podemos ajudar a chegar à solução. Não é para deixá-los a sós nisso.

O SR. ALAN DE PAULA – Isso é muito importante, essa interação entre Executivo e Legislativo, para que possamos, de fato, ajudar os munícipes. Foi até importante o Janderson Passos ter mencionado a questão do trabalho da SEHAB, quando a instituição esteve no local fazendo o cadastro, quando foi a entrega das unidades, porque isso é um papel que é o papel da Diretoria de Trabalho Social, DTS. E, realmente, a execução compete à SEHAB. De fato, estava lá, e tinha que estar mesmo, para fazer esse trabalho da entrega, do cadastro, o trabalho social que é feito com as famílias. Só para esclarecer esse fato, porque ele é importante em termos de competência, e como o Vereador Alessandro Guedes mencionou, vamos tentar buscar a solução no que tange a essa situação de matrícula e, conseqüentemente, chega-se também à questão do IPTU. E estamos sempre à disposição de vocês, de cada um dos senhores, na Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Alan de Paula. Agora é o homem do dinheiro aqui, que vai ser o Sr. Marcelo Tannuri de Oliveira. Ele vai liberar dinheiro para todos a partir de agora. Não é, Marcelo?

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Quem dera. Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizar as pessoas que estão presentes e realmente exercendo a democracia de uma forma que nunca tinha visto. Meus parabéns a todos.

Bom, estive prestando atenção e a primeira coisa que notei: existem problemas dos mais plurais, Sr. Presidente, dos mais plurais. Então, me preocupo se é possível resolver todos esses problemas de uma vez só.

Como acredito não ser possível resolver de uma vez só, vou tentar auxiliar no que

puder.

Primeiro: percebi que alguns dos problemas que apareceram são problemas que se resolvem por meio de processo administrativo. O processo administrativo não se abre na Subprefeitura, abre-se por meio do *site* da Secretaria da Fazenda na internet. E lá constam sempre todas as orientações necessárias. Então, alguns desses problemas se resolvem dessa forma.

Por conseguinte, um dos exemplos que eu vou dar é o problema de isenção. Alguém sentou perto de mim e me mostrou um contrato de financiamento. Perguntei para ela que tipo de financiamento era, mas ela não sabia muito bem dizer. Analisei rapidamente o documento e vi escrito PMCMV, estava a sigla lá: Programa Minha Casa Minha Vida.

Por exemplo, eu não posso estudar a situação dela em detalhes, mas é muito provável que ela tenha direito à isenção. E se ela tem direito à isenção, o que ela deve fazer?

Deve entrar no *site* da Secretaria da Fazenda e ver exatamente como pede a isenção. Não me lembro, não tenho muita certeza, mas acho que, nesse caso, o *site* vai pedir para entrar em um sistema que se chama Solução de Atendimento Virtual, SAV, que é o sistema pelo qual se instaura um processo administrativo, e vai dizer exatamente todos os passos e todos os documentos que deve apresentar.

Vale dizer: "mas eu entrei com o processo e não consegui"; será que colocou todos os documentos? Se não colocou, certamente não vai conseguir. É importante que esses problemas sejam analisados um a um, que cada um de vocês analise, de repente peça ajuda para alguém que leia junto e o ajude a colocar todos os documentos num processo administrativo desse tipo.

Mas eu percebo, por exemplo, que outros problemas, Sr. Presidente, também muito plurais, aparecem aqui. Por exemplo, situações em que vários imóveis estão sob o mesmo SQL. Isso é um problema que precisamos resolver?

Sim, tem que se resolver. Mas, olha só, vou falar do lado da Secretaria da Fazenda: como é que nós lançamos o IPTU?

Nós lançamos o IPTU da seguinte forma. Primeiro, o que é que está na lei?

Nós não podemos fazer um centavo a mais e nenhum centavo a menos do que está na lei. Nós não podemos interferir em nada na situação fática do imóvel de vocês na hora de lançar. O primeiro ponto é esse. Então nós partimos de que aspecto, além da lei?

Nós utilizamos as informações de posse e propriedade. Quem é o possuidor, quem é o proprietário?

Porque a pessoa que tem que pagar o IPTU, contra quem nós devemos cobrar, é o possuidor ou o proprietário. E nós também temos que analisar as características desses imóveis.

Bom, algumas situações aqui apareceram em que, provavelmente, no cadastro da Prefeitura, Sr. Presidente, as características do imóvel registrado no nosso sistema devem estar completamente erradas. Alguém falou aqui de um IPTU, de um imóvel, em um lugar mais longínquo da cidade, pagando 13 mil reais por ano de IPTU. Realmente, isso não faz o menor sentido.

Então, novamente caímos naquela situação. Como está o cadastro desse imóvel em específico na Prefeitura?

Será que alguém já tomou o cuidado de acessar o sistema e pedir uma reavaliação?

No *site* da Prefeitura, temos diversas indicações de como resolver problemas. Por exemplo, resolver problema de dívida de imóvel ascendente. O que é imóvel ascendente?

É o imóvel daquele do qual o seu veio. Alguns desses problemas que foram falados aqui são, provavelmente, dívidas de imóveis ascendentes. Pedido de revisão de valor venal, pedido de reconhecimento de imunidade ou concessão de isenção, impugnações de processos administrativos ou até impugnação de lançamento. O que é impugnação?

Deixe-me falar um português mais claro: é falar para a Prefeitura assim: "olha, eu não concordo com o valor que você está me cobrando de IPTU".

Veja, imagine o tamanho de São Paulo. São Paulo é um estado. Em termos de tamanho e de população, é maior do que muitos estados. Há problema no cadastro?

Tenho certeza que sim. Temos vários problemas no cadastro do IPTU e tentamos

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 47 DE 56

resolver o tempo todo. Tem gente extremamente estudada procurando o problema e tentando resolver o tempo todo. Agora veja, na medida em que reconhece o problema do seu imóvel, é muito importante que procure no site como é que se corrige e tente entrar com o processo administrativo adequado.

A SRA. ELAINE BORGES – O processo administrativo, muitas vezes, sendo o titular do terreno. Um exemplo: Jacinto Ferreira. O titular todo, com todas as informações daquele terreno. E quando você puxa o número do SQL, sai outro lugar, que é uma creche...

- Manifestação do público.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA - Isso, agora você está entrando na outra questão, obrigado, até agradeço. Aí o que acontece? Nós temos um outro problema que aqui parece que está muito comum, que é o seguinte, todas essas informações do nosso cadastro, em algumas situações, dependem de informações que vêm de fora. Dependem de informação que vem da Cohab, que vem de programas habitacionais.

Agora, de fato, é necessário que a gente, Sr. Presidente, senhores, vou considerar que os dois são presidentes da Mesa, é muito importante que a gente desenhe quais são os problemas mais comuns e tente achar soluções para esses problemas mais comuns. Mas não se enganem, a hora que a gente fizer isso, ainda vai sobrar um monte de problema para resolver. Ainda assim, nós não vamos resolver o problema de todo mundo. Mas a gente tem que seguir, tentar resolver o máximo possível, e todos têm que estar à disposição. A gente tem que dar as mãos para resolver isso.

- Manifestação do público.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA - Você fez o pedido?

- Manifestação do público.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA - Isso. Aí o que vou te dizer, infelizmente, se a lei... Eu não posso analisar o seu caso em específico, mas aquilo que a lei manda fazer, a Secretaria da Fazenda tem que fazer, a gente não pode. Não temos essa liberdade, isso se chama ato vinculado. Porém, o Poder Público de fato, que é exercido pelos integrantes desta

REUNIÃO: 21813 DATA:26/05/2026 FL: 48 DE 56

Casa, pode pensar em alguma solução. E é importante que ao pensar nessa solução, deem as mãos para a Fazenda, deem as mãos para o Executivo, para que se consiga pensar numa solução que esteja realmente com o pé no chão e bem agregada à necessidade das pessoas.

- Manifestação do público.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA - É que na medida em que a lei desenha alguém como você para receber a isenção, o imóvel tem que estar no seu nome no cadastro. A construtora certamente não vai cumprir os requisitos de uma isenção.

- Manifestação do público.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA - Entendo.

A SRA. ANA MARCOLINO - Então, na verdade, na questão dos Safiras, o que acontece? Vieram todos os impostos do IPTU no nome do FAR. A maioria lá, pelo menos no nosso, no Safira III, chega tudo como 1360, aí vai para o Safira IV, no caso. Aí o Safira IV faz a distribuição, manda e pede para sair distribuindo, e todos no nome do FAR, nenhum está no nosso nome. Eu fui até a Subprefeitura para puxar sobre essas informações.

E na Subprefeitura eles passaram para mim, realmente, que a gente tinha que solicitar a isenção. Só que também passaram para mim que se nós fizéssemos isso, talvez viesse para nós todos o débito que já estava lá. Então, que nem agora nós estamos com o débito de 2019 até 2025. Como é que, em 2026, todos nós ficamos isentos, entendeu? Assim como moradores para regularizarem seu imóvel optaram por aproveitar e fazer esse parcelamento. Só que, no Condomínio Safira III, pessoas quitaram, fizeram a regularização, e o débito que havia veio para o CPF. Então, eu acho que, realmente, há toda essa controvérsia.

A gente precisa, realmente - como já foi falado, e já se dispuseram para que a gente possa -, resolver isso.

É só entrar no site, como é o caso da maioria, e fazer a regularização cadastral, mas como vai ficar? Os números dos contribuintes estão todos bagunçados. Tanto que aqui já foi exposto: teve morador que pagou por outro imóvel. Então, a gente precisa, realmente, de uma direção. Como é se faz um pagamento no nome do FAR, sendo que, quando a gente fez a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 52

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 49 DE 56

solicitação, quando a gente foi aprovada lá atrás, toda documentação saiu no nosso nome. Automaticamente, eu imagino que, se fosse para ser cobrado, se fosse algo totalmente devido, então teria que vir no nosso nome, porque há esse controle. Por que vir tudo no nome do FAR? Por que vir tudo no 1.360? Do 1.360 saem distribuindo como Safira III e Safira IV, no fim, acaba ficando da forma que está.

No caso dela, veio com o nome da construtora. É o que está acontecendo com a maioria. Aparentemente, não foi desmembrado ainda. Temos de 49 até 53 metros, o maior. A gente tem ciência de que nós somos isentos.

Vamos ver o que a gente vai fazer com esse débito existente.

- Assume a presidência o Sr. Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Só um minuto, pessoal.

Pessoal retomando aqui para encaminharmos para o encerramento.

Dr. Marcelo Tannuri, Hamilton, João Ananias e eu estávamos conversando sobre a complexidade que é esse tema e como encontrar uma solução para podermos colaborar com as famílias.

Chegamos no entendimento de que a reunião que vamos fazer, a mesa com a SEHAB, já que há o assunto do FAR junto à Secretaria da Fazenda, Câmara de São Paulo e a Caixa Econômica e os Síndicos. É um caminho para trazer isso para tentar apontar a solução e dar a garantia e uma segurança jurídica para o doutor que ele precisa. Então, Dr. Marcelo, por favor, dê o encaminhamento dessa explicação.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA - O que nós conversamos foi o seguinte: claramente, existe uma deficiência de cadastro. Aparentemente, essas informações cadastrais adequadas estão com a Caixa. Então, a proposta que o Vereador fez – que me pareceu uma boa proposta – é uma reunião conjunta de SEHAB, Caixa, Técnicos da Secretaria da Fazenda, Vereadores, Câmara, para que a gente consiga um meio de atualizar esses cadastros, de modo a resolver, pelo menos, uma parte desses problemas que foram listados aqui.

Parece-me que é um bom caminho, em que cada entidade dá as mãos para a gente

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 50 DE 56

tentar resolver esse problema da forma mais rápida. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Ficou claro? É o seguinte, a proposta é que esta Mesa, numa reunião conjunta envolvendo Habitação, Governo, Fazenda, nós da Câmara, Caixa Econômica e a representação dos moradores e síndicos, que a gente possa não só se debruçar no assunto que é referente à regularização fundiária e à matrícula de vocês, mas também nessa questão do lançamento indevido, que a gente acredita e está discutindo aqui, sobre o IPTU. E aí teremos que nos debruçar.

O Dr. Marcelo se colocou à disposição de participar com a gente, a partir do momento que seja solicitado pela Câmara, e até convidar outro auditor, no esforço de juntos encontrarmos uma solução para esse problema que foi colocado. É isso, Doutor?

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Isso. Na verdade, a gente precisa de um técnico da Fazenda bom, eu posso acompanhá-lo, mas que a gente consiga entender exatamente quais são os dados que estão faltantes e encontrar uma origem adequada para esses dados e fazer a atualização cadastral. É o que parece, à primeira vista, que seja o problema aqui. Com muita segurança, é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – O Hamilton também disse referente ao CRF se manifestar pela suspensão do pagamento. É isso, Hamilton? E é possível fazer, Dr. Alan. Então eu gostaria que o senhor nos ajudasse, levasse para o Secretário Diogo a necessidade de uma audiência nossa, desta Comissão com ele, junto aos moradores, para que a gente consiga essa porta de diálogo junto ao CRF, porque além do Safira, tem outras comunidades que falaram aqui. Tem a comunidade Padre do Morro, outros moradores falaram da Jacinto Ferreira. E aí, a partir do CRF, entende-se que é possível fazer. Você pode explicar, Hamilton?

O SR. HAMILTON CLEMENTE ALVES – A sugestão, viu Alan, nós passamos aqui, porque o problema maior nem está na Fazenda, mas em como fazer com que a Fazenda resolva essa situação de cobrança. Porque o que chega lá, eles metem bronca, entendeu? Cobram mesmo. Como esse problema está, provavelmente, mais na Habitação, e também uma parte na

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 54

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 51 DE 56

Caixa Econômica, como foi colocado, a gente utilizar a Lei 13.465, culminando com a Lei de 22, e tendo em vista que já está pré-aprovada a regularização de todas essas reclamações aqui, o CRF pode emitir de ofício, junto à Fazenda, pedindo a suspensão dessa cobrança, até a oficialização da regularização. Entendeu?

E aí nós tentamos aqui entender se não daria para colocar também essa sugestão na questão dos Safiras, tendo em vista que também estão todos irregulares. Eles foram entregues todos irregulares e continuam irregulares. Então faz uma espécie de suspensão nesse pagamento até regularizar. Regularizou, fez a fraçãozinha, cada um ficou com a sua dívida, acabou. Entendeu?

Eu acho que seria um caminho razoável. Vai resolver? Eles vão aceitar? Não sabemos, mas a lei permite sim. É só ter um pouco de vontade que resolve.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Então, Alan, eu vou falar com o Diogo, amanhã, sobre essa possibilidade.

O SR. ALAN DE PAULA – Pela ordem, para que nós possamos deixar a questão bem clara. A Coordenadoria de Regularização Fundiária possui a sua competência material dentro do decreto que regulamenta o funcionamento da Secretaria de Habitação. Dentro desse contexto normativo, eu, como advogado que sou e estando lá, há um tempo, não vislumbro a possibilidade jurídica do pedido, da nossa Coordenadoria de Regularização Fundiária, viu Doutor, *data venia*. Eu não vislumbro essa possibilidade jurídica do pedido de partir para o CRF. Porque o CRF não teria competência para poder pedir a suspensão do pagamento de um tributo municipal.

O SR. HAMILTON CLEMENTE ALVES – Doutor, o senhor me permite? Já foi feito isso. Vários processos desses já foram realizados dessa forma, inclusive já na gestão do Ricardo Nunes. Se o senhor assim permitir de um dia a gente ir lá, se o senhor conseguir que eles me recebam lá, porque eu não sei que tanto ódio, não é? Aí a gente tenta ver lá junto com o Erick, junto com o jurídico da SEHAB, a gente tenta pelo menos permitir que eu coloque essa situação para ele. Mesmo que eles falem um “não” e façam a divergência da minha proposta, mas pelo

Matéria AUD 241/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 16/06/2026 e juntado ao REQCOM FIN 16/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?plD=744765>.

REUNIÃO: 21813 DATA: 26/05/2026 FL: 52 DE 56

menos ouvir a gente lá. Porque se você esmiuçar a 13.465, culminando com a com a lei de 22, agora, com certeza dá para fazer. Lógico que precisa o Secretário chamar lá o CF e dizer assim: “Ache uma brecha jurídica aí e vamos fazer”. Senão eles não vão fazer, o senhor sabe disso. Então, se o Secretário tiver interesse, a gente consegue resolver.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Doutor, nós vamos solicitar reunião com o Secretário, Dr. Alan, e aí o senhor, por favor, transmita a ele o que aconteceu na nossa audiência, a necessidade dessa reunião de trabalho em busca de uma solução, do ponto de vista de bastante harmonia, harmonia mesmo. Há necessidade, já que a Habitação, através do senhor, demonstra boa vontade, Fazenda demonstra boa vontade, a Câmara, a população até 10h da noite aqui buscando resolver seu problema. Então para que a gente possa fazer uma reunião de trabalho lá e vislumbrar ou não uma solução. Se não encontrar, qual passo que pode ser dado. Nós solicitaremos à Caixa Econômica Federal, como já foi falado aqui, vamos fazer esse pedido oficial. E tudo isso ajuda a amarrar o compromisso de todos em busca de uma solução. Está bom?

Perfeito. Pergunto se o Dr. Marcelo quer fazer alguma outra...

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Não, estou satisfeito. Só parablenizo a presença de todos aqui exercendo a democracia, principalmente os senhores que causaram isso tudo e que realmente é motivo de orgulho para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Marcelo Tannuri.

Vereador João Ananias.

O SR. JOÃO ANANIAS – Bom, eu queria só colocar o seguinte: primeiro parabenizar todos vocês que estão buscando sua moradia digna, seu direito de trabalhar, voltar para casa, ter seu direito de descansar. É isso que é importante.

Segundo, eu queria dizer que é o seguinte: tudo isso que se trata, se trata inclusive desse IPTU, foi uma lei que foi aprovada aqui, e muitas pessoas falaram que o vereador que votou não pensou em cada uma pessoa que morava nesses bairros mais longínquos.

A gente sabe da dificuldade de cada um, porque eu moro em São Miguel também, a

gente sabe da dificuldade de cada um. E quando a gente fala de IPTU, a gente fala de IPTU de mansões, não estamos falando de espaços que a gente mora, a cada dia menores; a cada dia a população nossa mora em espaços menores, cada dia a gente fala que não é apartamento, é “apartamento” que a gente mora, e a gente sabe da dignidade que é isso, e é muito importante.

Terceiro, eu acho que esses apartamentos que a gente mora nas nossas comunidades, nos bairros mais das bordas da cidade, são todos isentos, são todos isentos. A gente sabe da importância da isenção, isso é bem importante de falar.

Tem uma coisa que falaram aqui que deixou muito triste, que eu já acompanho há muito tempo, que eu sou advogado também, que são os leilões dos apartamentos CDHU e Cohab que existem na cidade de São Paulo. Isso é uma tragédia, até porque a gente sabe que quem está pegando isso são imobiliárias e grandes empresários investindo.

Inclusive a gente sabe que comprar um apartamento que vocês moram hoje por 80 mil reais é muito barato, não venda o apartamento por esse valor. Então essas imobiliárias vão lá e compram, realmente, e colocam as pessoas para morar, exploram vocês. É a mesma coisa de falar, está explorando vocês, não vendam o apartamento de vocês, porque eu tenho certeza que vale muito mais.

E eu não quero continuar muito aqui, não, porque a gente... vai dar 10h. Gente, parabéns. Eu acho que o Alessandro está fazendo um trabalho muito importante, parabenizar o trabalho dele e deixar sempre a nossa Comissão, até quando a gente estiver, Presidente, à disposição para a gente lutar. Juntos somos mais fortes, eu tenho certeza. Ninguém abandona o braço um do outro, que será muito importante nessa luta.

E eu tenho certeza de que assim que apresentar essa reunião para, em conjunto, gente, cada um individualizar sua escritura é muito importante. Agora, nós temos que alertar uma coisa também: tem muita gente que comprou apartamentos de terceiros, esses vão ter problema, tá? Vão ter problemas, porque a gente sabe que quem vendeu e quem comprou de terceiro, a gente sabe que não poderia vender, tem um período de vendas. Acho que isso é muito importante já alertar, já, vai ter um problema para regularizar, e é importante informar isso.

Então, gente, obrigado. E parabéns aí, tá?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Um problema de cada vez, Vereador João. (Risos)

Gente, primeiro agradecer e cumprimentar as síndicas do processo. Me chegou a informação que foi o Jardim São Francisco o mutirão em que teria dado certo esse processo de suspensão via SRF, como a informação. E aí a gente puxa outros também para servir de analogia quando a gente for discutir.

Quero agradecer ao Presidente João Ananias, da Comissão de Finanças e Orçamento, e dizer para vocês que eu anotei todas as 24 falas, incluindo a da Mesa, daqueles que puderam se manifestar.

Também quero dizer que, em relação a SPDA, leilão de apartamentos, vamos tentar propor, nobre Vereador João Ananias, uma audiência pública via Comissão de Finanças e Orçamento.

Pessoal, essa questão da SPDA é séria. Infelizmente, a cidade está tomando apartamento de pessoas que não pagaram ou que tiveram dificuldades de pagar. Depois, eles querem cobrar toda a dívida de uma vez, como falou a moça aqui, e, na falta desse pagamento, o apartamento vai para leilão e, após 90 dias, tem um novo dono batendo na sua porta e você tem que sair. Isso está uma tristeza na cidade.

Eu solicitei uma audiência pública via Comissão de Justiça, da qual eu fazia parte – hoje, eu sou da de Finanças. Conseguimos, junto à SEHAB e à Cohab SPDA, suspender por um período. Vencido esse período, eles renovaram e nós estamos tentando – através de um projeto de lei que não foi autorizado pelo Executivo ainda, mas que eu resolvi protocolar, que é o 356/2026 – oferecer condição de negociação da dívida, que é o que os moradores pedem. Eles falam: “Passei por uma dificuldade”, “fiquei desempregado”, “pessoas ficaram doentes, câncer e tal”, “eu só preciso ter condição de negociar para continuar na minha casa”. E não uma dívida absurda de uma vez só, porque o que rola é um comércio onde quem se beneficia é a imobiliária,

que, muitas vezes, compra e vai tentar vender para quem está morando lá. Absurdo total. Então, vamos tentar a audiência pública sobre esse assunto para poder ajudar.

- Manifestação do público fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Quando é notificada que a casa foi para o leilão, a pessoa tem direito a comprar no valor da dívida que está sendo avaliada ali. Se ela não comprar e no leilão for arrematada, a pessoa que comprar passa a ser proprietária.

Hoje, o leilão está suspenso na cidade, mas está em dias finais de suspensão porque não conseguimos avançar junto ao Governo no cancelamento total e na aprovação da lei.

- Manifestação do público fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Então voltou. Voltou quando?

- Manifestação do público fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Então, isso serve até para vocês todos que moram em apartamento ficarem atentos.

Nobre Vereador João Ananias, vamos tentar discutir essa audiência pública e chamar o Governo de novo.

- Manifestação do público fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Está bom. Está registrado que o PPI está acabando o prazo.

Pessoal, para eu encerrar mesmo, queria dizer o seguinte: anotamos tudo aqui, tem o caso do Safira, que é bastante complexo, mas, por analogia, também cabem os outros casos, viu, Marcelo? O seu, o da Jacinto Ferreira, o do senhor ali, que é a mesma questão...

Então, nós vamos separar tudo em documentações separadas, isoladas e em pastas separadas e vamos, junto a essa mesa que vamos formar com a Secretaria, tentar buscar uma solução para ajudar todo mundo.

Em relação à Sabesp, eu agradeço a disposição em estar aqui e a disposição em continuar colaborando para podermos encontrar a solução do problema.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 59

REUNIÃO: 21813 DATA:26/05/2026 FL: 56 DE 56

Srs. Alan e Marcelo, obrigado pela presença. Hamilton, síndicos, Marcelo, Janderson, Simone, Ana, Vereador João Ananias.

Vamos solicitar essa reunião com a Caixa, montar essa comissão e, em breve, daremos uma devolutiva para vocês. Se tivermos dificuldades em fazer uma audiência na Câmara – pois sabemos que, às vezes, é bastante difícil para vocês se deslocarem até aqui –, vamos tentar montar uma audiência lá no território, numa escola, num terreno ou num salão de festas de um condomínio, para que levemos a explicação para todo mundo.

Uma salva de palmas para vocês que estão lutando pelo direito de vocês.

Muito obrigado pela presença.

Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a nossa audiência pública.

Obrigado a todos. Uma boa noite.